DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, quinta-feira, 13 de março de 1975 — ANO VIII- Nº 39

SEA baixa normas para classificação no Grupo - Serviços Auxiliares

Jorge Age visita Governador do DF



O Sr. Jorge Age, futuro prefeito da cidade de Salvador-BA, esteve em visita de cortesia ao governador Elmo Serejo Farias, no Palácio do Buriti.

No encontro, o visitante manteve longo diálogo com o Chefe do Executivo do DF, falando notadamente sobre os seus planos para a administração da capital baiana.

As atividades do GDF, o plano de obras e a movimentação do Governo em diversas áreas administrativas foram abordados pelo governador Elmo Farias durante o encontro.

Representantes budistas visitaram Elmo Farias

Para uma visita de cortesia ao governador Elmo Serejo Farias estiveram no Palácio do Buriti os representantes da seita budista "Nitiren Shoshu", entidade que homenageará Brasília na comemoração dos seus quinze anos de existência como Capital Federal.

O Governador foi saudado pelo sr. Roberto Y. Saito, diretor-geral da entidade, que afirmou ser um grande prazer vir a Brasília no mês de abril, prestar homenagem à Capital do Brasil.

Disse também o visitante, que a "Nitiren Shoshu" se apresentará em Brasília dia 20 de abril, trazendo ao DF quatro mil e quinhentas figuras que comporão um espetáculo artístico de alto gabarito. Os detalhes do "show" foram apresentados ao governador Elmo Serejo Farias pelo diretor da entidade.

Do mesmo encontro participaram os srs. Carlos Uno, diretor-executivo e Nelson M. Honda, representante daquela seita no Brasil.

AUD colabora com volibol do DF no seu treinamento

O Ginásio de Brasília do Centro Desportivo Presidente Médici foi cedido pela Administração das Unidades Desportivas do DF à Federação Brasiliense de Volibol, para o treinamento das equipes do DF, que participarão do campeonato brasileiro, a realizar-se em Florianópolis, no final do mês.

Desde anteontem, os atletas brasilienses vêm treinando naquelas dependências, para aprimorar a forma física e técnica. Os ensaios serão encerrado hoje, com início às 19 horas.

DECISÃO DE BASQUETE

Dando prosseguimento às atividades esportivas do mês em curso no Ginásio de Brasília, a AUD informa que está confirmada para o próximo dia 31, a decisão do Campeonato Brasiliense de Basquetebol, relativo à temporada de 74, entre as equipes masculinas do Minas Brasília Tênis Clube e Brasília Motonáutica Clube.

O Secretário José Affonso Monteiro de Barros Menusier, da Administração, baixou portaria aprovando normas com vistas à reclassificação de servidores do GDF nas categorias funcionais do Grupo - Serviços Auxiliares.

O ato, publicado no DISTRITO FEDERAL de 11 do corrente, estabelece que o processo seletivo será promovido pelo Centro de Seleção e Aperfeiçoamento, dispondo, ainda, sobre treinamento, apuração de resultados e classificação.

TESTES

A matéria engloba as categorias de Agente Administrativo e de Datilógrafo, definindo que para o primeiro haverá um curso intensivo e específico de treinamento, com aplicação de dois testes, realizados com intervalo mínimo de 15 dias, contados após a divulgação, obrigatória, dos respectivos programas. A média final será obtida pela média aritmética das notas atribuídas nos dois testes. Já para o segundo, realizar-se-á, apenas, prova datilográfica, exigindo-se um mínimo de 120 toques (40 pontos) e obedecendo-se escala de pontos, cujo máximo é de 240 toques (100 pontos), não podendo o tempo de duração do teste ser inferior a 5 minutos ou ultrapassar os 10 minutos.

OUTRA PORTARIA

Pela Portaria 149, da SEA, também publicada na edição do DISTRITO FEDERAL do dia 11, poderão integrar como clientela original à categoria Funcional de Agente Administrativo, mediante transformação os atuais ocupantes das seguintes funções: Auxiliar de Contabilidade, Encarregado de Serviço, Estatístico de Nível Médio, Mecanógrafo e Tesoureiro, que guardam correlação de atividades com as exigências para a nova categoria.

EDITAL DO CEST

Ocupantes de vinte e três carreiras dos Quadros Provisório e Permanente de Pessoal do DF e do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública, bem como de trinta e uma categorias de empregos de órgãos como a Administração da Estação Rodoviária, da AUD, do Departamento de Estradas de Rodagem, do Defer, do SLU e do Detur, estão sendo convocados pelo Centro de Seleção e Treinamento, através de edital publicado às páginas 22, 23 e 24 do DISTRITO FEDERAL de terça-feira, dia 11 do mês em curso.

Os servidores, objeto da convocação, podem fazer suas inscrições, de 14 a 31 de março corrente, das 8h30min às 11 e das 14h30min às 17h00 no saguão do Touring Club do Brasil, no térreo do Anexo do Palácio do Buriti ou nas sedes das Administrações Regionais.

DOCUMENTOS

Para a inscrição, exigem-se prova de identidade identificação funcional (carteira profissional ou contracheque ou declaração funcional).

TREINAMENTO

Constarão do treinamento duas disciplinas: - Administração de Pessoal, contendo itens sobre a legislação referente ao novo Plano de Classificação de Cargos e quanto à Seção VIII da constituição Federal - Dos Funcionários Públicos, e Administração Financeira, abrangendo Organização da Administração Federal, Organização Administrativa do DF e Administração de Material.

Brasil de Hoje

Nova Operação do Projeto Rondon em 800 municípios

Cinco mil estudantes estão participando da Décima-Quinta Operação do Projeto Rondon. A presença desses jovens se faz sentir em mais de oitocentos Municípios, onde atuam sob as vistas e com o apoio dos órgãos específicos locais.

A operação propicia aos estudantes a oportunidade de tomarem contato, "in loco", com aspectos da realidade brasileira, além de motivar a juventude para que participe mais efetivamente do processo de desenvolvimento harmônico do País.

O projeto desenvolve, regularmente, seis programas, denominados "Interiorização e Fixação da Mão-de-Obra", "Campus Avançado", "Estágios Remunerados", "Operação Nacional", "Operação Regional" e "Operações Especiais".

Em decorrência desses programas, setenta e cinco mil estudantes já executaram trabalhos, notadamente de natureza econômica e social, em mais de três mil e quatrocentos Municípios.

Para que o Projeto Rondon possa desempenhar melhor suas atividades, cuida-se de lhe fortalecer a organização e de vinculá-lo, administrativamente, ao Ministério do Interior e, tecnicamente, ao Ministério da Educação e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A juventude universitária vem cooperando, expressivamente, no esforço do Governo para ampliar, cada vez mais, as oportunidades de participação de todos no processo de integração nacional e na busca do crescente bem-estar da coletividade.

UnB: Carteira de saúde gratuita em Sobradinho

A Unidade Integrada de Saúde de Sobradinho, Hospital Escola da Universidade de Brasília, é o único no Distrito Federal que nada sobra para expedir carteira de saúde. Por isso mesmo a procura é grande, não só dos moradores daquela cidade satélite, como também de cidades vizinhas e até mesmo do Plano Piloto.

Geralmente a taxa cobrada para tirar carteia de saúde é de Cr$ 45,00. Para economizar este dinheiro, muitos habitantes de Brasília preferem deslocar-se até o Hospital de Sobradinho, onde nada se cobra pela carteira, exigida em quase todo tipo de serviço.

A maior dificuldade do hospital é a exigência de um aparelho de abreugrafia em funcionamento, o que obriga as pessoas a se apresentarem ao hospital já com o exame. Além da abreugrafia, são exigidos exames de fezes teste tuberculínico, vacina anti-varíola, BCG aplicada nos pacientes com resultados negativos nos testes, sendo que todos estes exames são feitos no próprio hospital.

Segundo fontes do hospital, 50% das pessoas que solicitam a carteira de saúde, estão impossibilitadas de recebê-la de imediato, por causa dos resultados nos exames de fezes acusando verminoses no paciente. Neste caso, o hospital primeiro trata do indivíduo, para depois expedir a carteira o que leva em média, 90 dias.

No caso de aparecimento de tuberculose, o doente é encaminhado ao Hospital do Gama para tratamento durante dois meses. Após este tratamento, o ambulatório do Hospital de Sobradinho, presta assistência através de distribuição de remédios e assistência médica. De um modo geral, 80% dos casos recebem alta após um ano de tratamento.

Para manter o tratamento de tuberculose o Hospital tem convênios com o Serviço Nacional de Tuberculose e Central de Medicamentos que garante o tratamento gratuíto durante um ano.

Atualmente o paciente em boas condições de saúde, recebe sua carteira num prazo de 9 dias, sendo que a média mensal é de 130 carteiras de saúde expedidas, número igual ao de pacientes que ficam retidos para tratamento.

Táxis são notificados por infrações diversas

Os proprietários de trinta e cinco veículos que prestam serviços de táxis, foram notificados pelo Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos, por terem cometido várias infrações:

Os veículos infratores, cujas placas têm o prefixo TX, são os seguintes: 0112 — 0155 — 0304 — 0307 — 0356 — 0410 — 0530 — 0583 — 0598 — 0625 — 0667 — 0826 — 1058 — 1279 — 1328 — 1359 — 1437 — 1750 — 1887 — 1950 — 1985 — 2174 — 2316 — 2330 — 2375 — 2386 — 2440 — 2554 — 2633 — 2861 — 2873 — 2876 — 3025 — 3026 — 3218.

Verifique se o seu carro está multado

Veículos automotores multados pela 1ª Companhia de Trânsito do 1º Batalhão de Polícia Militar, na área do Plano Piloto e Adjacencia no dia 03 de março de 1.975.

Placas: —AA —1079 — 4019 — 7883 — 7983 — 4033 — 4941 — 5351 — 9888 — 8896 — 5657 — 6886 — 0715 — 1809.

Placas AB — 6542 — 4303 — 2736 — 7920 — 0394 — 5154 — 6160 — 6750 — 7218 — 1110 — 1584.

Placas AC — 8668 — 6403 — 8725 — — 5954 — 9719 — 2632 — 2943 — 1793 — 6465 — 3264 — 1633 — 2763 — 1302 — 7501 — 5000.

Placas AD — 7433 — 9131 — 8128 — 6660 — 1406 — 3922 — 8363 — 8746 — 9217 — 0256 — 9575 — 3044 — 6021 — 9431 — 2647 — 5331 — 8363 — 3834 — 4682.

Placas AE — 3107 — 8246 — 8861 — 5416 — 3559 — 9819 — 8039 — 6234 — 2734 — 3311 — 8334 — 3811 — 8410 — 1782 — 5257 — 0859 — 4558 — 8886 — 5317 — 1138 — 0621 — 6390 — 3092.

Placas AF — 6080 — 0832 — 0532 — 0823 — 3521 — 3840 — 8226 — 8571 — 8894 — 7717 — 3917 — 9562.

Placas AG — 9745 — 2336 — 6007 — 3431 — 0216 — 8459 — 2646 — 2106 — 3916 — 9868 — 8414 — 7326 — 4757 — 8948 — 9725 — 6588 — 1223 — 9145 — 2266 — 6191 — 6222.

Placas AH — 5590 — 8606 — 4657 — 2447 — 9428 — 3441 — 4321 — 6701 — 6038 — 9267 — 6431 — 5912.

Placas AI — 0338 — 9930 — 7359 — 4457 — 2327 — 6059 — 8040 — 1129 — 0760 — 8218 — 3326.

Placas: CA — 1023 — 1559 — 5018.

Placas CM — 0400 — 1774 — 0094 — 0500 — 2618.

Placas OF — 5252 — 0158 — 6189 — 2994 — 3821 — 4735 — 0210 — 5510 — 0645 — 4236 — 5287 — 0076.

Placas: ON 1345 — 0201 — 1111.

Placas: TX — 0250 — 3056 — 1547 — 0803 — 0181 — 1859 — 1273 — 1458 — 1792 — 0349 — 1972 — 1053 — 3015 — 1972 — 0295.

CARROS DE OUTROS ESTADOS:

Placas: LG4242/GB - CJ0590/SP — ZC2768/SP — FF2800/GB — CV8202/SP — — EZ0352/GO — DB6563/MG — MR1964/MG — DY4955/MG — EC6697/GB — AF7989/PR — IGO899/GB — KC3339/MG — AM6707/MG — CG2590/GO —.

Quartel no Setor de Areas Isoladas Sul, em 04 de Março de 1.975.

Brasília verá campeões de volibol do Japão

A equipe masculina de volibol do Nipon Kokan-NKK, compeã japonesa, jogará em Brasília, dia 8 de abril próximo, numa promoção conjunta do Governo do Distrito Federal, através do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, e Federação Brasiliense do Vôli.

O jogo será realizado no Ginásio de Brasília do Centro Desportivo Presidente Médici, e a representação japonesa terá como adversária a seleção brasiliense de adultos. O espetáculo fará parte das festividades comemorativas do 15º aniversário de Brasília.

Chegará hoje à cidade o representante da Nipon Kokan, para finalizar os entendimentos com os dirigentes do Defer e Febravo, para a realização da partida.

Escola de Música



O Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, Sr. Horst Roding, doou à Escola de Música de Brasília um conjunto instrumental ORFF para musicalização de crianças, composto de várias peças de percursão.

A cerimônia fez parte das comemorações do 1º aniversário da fundação daquela Escola e o ato contou com a participação do Secretário de Educação do Distrito Federal, sr. Wladimir Murtinho do diretor Levino Alcântara e demais professores da Escola de Música de Brasília, e alunos daquele estabelecimento.

GDF - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"
Órgão Oficial do Governo do Distrito Federal
Diretor
Antônio Castelo Branco
Redação e Administração
SBS - ED. BRASÍLIA -
12º ANDAR - FONE: 24-1303
Composição e Impressão
OFICINAS DO "CORREIO BRAZILIENSE"
SETOR DE INDUSTRIAS GRAFICAS
FONE: 23-3450 - RAMAL 10.

A luta contra o câncer

Na luta contra o câncer do útero, que nas estatísticas ocupa o segundo lugar entre as enfermidades cancerosas da mulher, a primeira clínica ginecológica da Universidade de Viena desenvolveu recentemente um novo método de tratamento que oferece a possibilidade de reduzir essencialmente a porcentagem de recidivas, ou seja o perigo da volta da doença depois da operação.

O novo método consiste num melhoramento daquela fase da operação, durante a qual o médico elimina do abdômen todos os gânglios linfáticos infectados. Até hoje, esta eliminação não tivera êxito completo.

O Professor Eduardo Gitsch, Chefe da Clínica, desenvolveu uma câmara cinematográfica de raios gamma e um instrumento especial para localizar os tecidos radiotivos, que representam versões mais perfeitas que os tipos convencionais, e que oferecem ao médico a possibilidade de ver numa tela - durante a operação - todos os gânglios infectados da zona em questão, o que facilita essencialmente a eliminação dos que estejam contagiados.

Antes da operação, a paciente recebe uma injeção de ouro radioativo, que a cinética do corpo distribui por todo o organismo, de modo a se concentrar nos gânglios linfáticos. Durante a operação, a paciente fica sentada com o abdômen numa chapa de iodeto de sódio de uma superfície de trinta por trinta centímetros, a qual se constitui na parte mais importante para câmara de raios gamma adaptada para a operação ginecológica. A câmara localiza com exatidão os gânglios linfáticos e os torna visíveis na tela de oscilação.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº. 2848 DE 07 DE março DE 1975

Aprova as Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para o primeiro semestre de 1 975, e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1 960 e considerando o que dispõem o artigo 69 da Lei nº 5 619, de 03 de novembro de 1 970 e o artigo 81 da Lei nº 5 906, de 23 de julho de 1 973,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam aprovadas as anexas Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos da Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para o primeiro semestre de 1 975, que fazem parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - O pagamento dos valores constantes das Tabelas referidas no artigo anterior, obedecerá as instruções baixadas pelo Decreto nº 2.384, de 28 de setembro de 1 973, alteradas pelo Decreto nº 2.790, de 12 de dezembro de 1 974.

Art. 3º - O presente Decreto, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 1 975.

Distrito Federal, em 07 de março de 1 975.
87º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISO

TABELA DE ETAPAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL PARA CUSTEIO DA RAÇÃO COMUM PARA O 1º SEMESTRE DE 1975

CORPORAÇÃO	FIXA (Cr$)	VARIÁVEL (Cr$)				ETAPA COMUM (Cr$)		
	Quantitativo de Subsistência	Quantitativo de Rancho	Reforço de Rancho	Quantitativo de Rancho Majorado	Reforço de Rancho Majorado	TIPO I	TIPOS II e III	TIPO IV
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
	3 1/4	a/3	a/2		3a/4	a+b	a+c a+d	a+e
PMDF e CBDF	6,12	2,04	3,06		4,59	8,16	9,18	10,71

TABELA DOS COMPLEMENTOS DA RAÇÃO COMUM E DO QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS PARA O 1º SEMESTRE DE 1975

CORPORAÇÃO	ÓRGÃO OU SITUAÇÃO	VALOR (Cr$)
	A) COMPLEMENTO ESCOLAR	
PMDF	- Curso de Formação de Oficiais PM	1,84
	- Curso de Formação de Sargentos PM	1,40
	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM	
	- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM	
	- Curso Superior de Polícia	
CBDF	- Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização	1,54
	B) COMPLEMENTO HOSPITALAR	
PMDF e CBDF	- Doentes sob regime hospitalar	1,36
	C) COMPLEMENTO ESPECIAL	
PMDF	- Organizações Policiais Militares	0,73
CBDF	- Grupamento de Busca e Salvamento	
	D) COMPLEMENTO REGIONAL	
PMDF	- Organizações Policiais Militares	0,23
	- Diretoria de Intendência	1,01
	E) QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS	
Polícia Militar do Distrito Federal		0,16

(Anexo ao Decreto nº 2848 , de 07 de março de 1975)

DECRETO Nº. 2851 DE 10 DE março DE 19 75

Dispõe sobre a gratificação de presença dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 20, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1 960, e tendo em vista o que consta da Lei nº 5 708, de 04 de outubro de 1 971 e do Contrato Social da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.,

D E C R E T A:

Art. 1º - Aplica-se aos membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda., no que couber, para efeito de pagamento da gratificação de presença às sessões, o que dispõe o Decreto nº 1 932, de 03 de janeiro de 1 972.

Parágrafo único - O órgão a que se refere este artigo é considerado de 2º grau.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 10 de março de 1 975
87º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO Nº 2852 DE 11 DE março DE 1975

Reajusta os salários dos empregos dos órgãos relativamente autônomos.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1 960, combinado com o artigo 19, do Decreto-Lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1 967,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam reajustados, na forma dos anexos I e II, des-

te Decreto, os valores dos símbolos dos empregos em comissão e dos níveis dos empregos permanentes dos órgãos relativamente autônomos.

Art. 2º - Os efeitos financeiros deste Decreto retroagem a 1º de março de 1 975.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias dos respectivos órgãos ou à conta de recursos transferidos da Secretaria ou órgão a que estiverem vinculados.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 11 de março de 1 975.
87º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO Nº 2852 DE 11 DE março DE 1 975.

TABELA DE SALÁRIOS DOS EMPREGOS EM COMISSÃO DOS ÓRGÃOS RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS DO DISTRITO FEDERAL - ANEXO I

SÍMBOLO	SALÁRIO
EC - 2	5.382,00
EC - 3	4.844,00
EC - 4	4.665,00
EC - 5	4.306,00
EC - 6	3.947,00
EC - 7	3.445,00
EC - 8	3.014,00
EC - 9	2.584,00
EC - 10	2.369,00
EC - 11	2.153,00
EC - 12	1.937,00
EC - 13	1.831,00
EC - 14	1.723,00

DECRETO Nº 2852 DE 11 DE março DE 1 975.

TABELA DE SALÁRIOS DOS EMPREGOS PERMANENTES DOS ÓRGÃOS RELATIVAMENTE AUTÔNOMOS DO DISTRITO FEDERAL-ANEXO II

NÍVEL	SALÁRIO
EP - 1	546,00
EP - 2	647,00
EP - 3	710,00
EP - 4	777,00
EP - 5	842,00
EP - 6	905,00
EP - 7	1.020,00
EP - 8	1.077,00
EP - 9	1.185,00
EP - 10	1.251,00
EP - 11	1.293,00
EP - 12	1.358,00
EP - 13	1.467,00
EP - 14	1.508,00
EP - 15	1.615,00
EP - 16	1.723,00
EP - 17	1.939,00
EP - 18	2.153,00
EP - 19	2.369,00
EP - 20	2.585,00
EP - 21	2.799,00
EP - 22	3.015,00
EP - 23	3.230,00
EP - 24	3.443,00
EP - 25	3.661,00
EP - 26	3.876,00

DECRETO Nº 2853 DE 12 DE MARÇO DE 1975
Dispõe sobre a transposição de cargo para a Categoria Funcional de Arquiteto do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 9º, da Lei nº 5.920 de 19 de setembro de 1973 e o constante dos Processos nºs 2423/75 e 2966/75,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam transpostos para a classe "C", da Categoria Funcional de Arquiteto, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, os cargos de Arquiteto, nível 22—B, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ocupados por ZERBI LINS e GLADSON DA ROCHA PIMENTEL, habilitados no processo seletivo de que trata o artigo 8º do Decreto nº 2.416, de 23 de outubro de 1973.
Art. 2º - A Coordenação do Sistema de Pessoal apostilará os títulos dos funcionários a que se refere o artigo anterior.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 12 de março de 1975
87º da República e 15º de Brasília.
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DESPACHOS

PROCESSO Nº : 2.423/75
INTERESSADO : ZERBI LINS
ASSUNTO : INCLUSÃO NO NOVO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DO DISTRITO FEDERAL.

Senhor Governador:

Trata-se de solicitação feita pelo funcionário ZERBI LINS, Arquiteto, nível 22-B, matrícula nº 10.009, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, no sentido de ser incluído no novo Plano de Classificação de Cargos, mediante transposição de seu cargo para a Categoria Funcional de Arquiteto do Grupo-Outras Atividades de Nivel Superior.

Alega o requerente que, encontrando-se em gozo de licença para trato de interesses particulares, não tomou conhecimento do Edital de Convocação nº 54/73-CEST pois encontrava-se no exterior

O G.P.C., levando em consideração a orientação contida na Instrução Normativa nº 10 de 18 de janeiro de 1973 do DASP no sentido de que ao Órgão de Pessoal cabe a utilização de todos os meios para convocação do funcionário que não se pronunciar sobre sua inscrição, entendeu que deve ser corrigida a situação funcional do requerente, incluindo-o no novo Plano, já que, por força do contido no inciso III do artigo 11 da Lei nº 5.920 de 19 de setembro de 1973, a Secretaria de Administração vem adotando as mesmas normas estabelecidas pela União, emitindo-se notificações aos funcionários que se encontrem no gozo de licença para trato de interesses particulares.

Levando em consideração a existência de 2 (duas) vagas na lotação da Classe "C" da Categoria Funcional de Arquiteto e que, o requerente, além de habilitado, situar-se-ia no 15º (décimo quinto) lugar no Edital nº 16/74-CEST, se nele figurasse, levando-se em conta critérios adotados, proponho sua inclusão no novo Plano de Classificação de Cargos na forma pleiteada.

Brasília, 11 de março de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do
Distrito Federal

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 11 de março de 1975

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº : 2.966/75
INTERESSADO : GLADSON DA ROCHA PIMENTEL
ASSUNTO : INCLUSÃO NO NOVO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS DO DISTRITO FEDERAL.

Senhor Governador:

GLADSON DA ROCHA PIMENTEL, Arquiteto, nível 22-B, matrícula nº 9.100, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, requer o exame de sua situação funcional, a fim de ser incluído no Plano de Classificação de Cargos, mediante transposição para a Categoria Funcional de Arquiteto do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior.

Alega o requerente que não tomou conhecimento do Edital de Convocação nº 54/73-CEST em virtude de se encontrar, na época, em gozo de licença para trato de interesses particulares.

Muito embora tenha ficado demonstrado no presente Processo que o Edital de Convocação nº 54/73-CEST foi publicado em data anterior ao início da licença gozada pelo interessado, verifica-se que o mesmo não foi inscrito "ex officio" conforme determina o mesmo Edital, deixando, portanto, de participar do processo seletivo que poderia possibilitar a transposição de seu cargo à Categoria Funcional de Arquiteto do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior.

Considerando que o inciso III do artigo 11 da Lei nº 5.920 de 19 de setembro de 1973 determina à Administração do Distrito Federal a manutenção, com o Órgão Central do Sistema de Pessoal da Administração Federal, de contatos necessários para que haja uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos e, ainda, que a Instrução Normativa nº 10 de 18 de janeiro de 1973 do DASP exige que o funcionário não interessado em participar da prova preencha termo de desistência, verifica-se que essa orientação não ocorreu, já que não consta tenha o requerente assinado tal termo e deixado de participar do processo seletivo.

Diante do exposto, há que considerar a ocorrência de érro que vem beneficiar o requerente que, conforme informação da Coordenação do Sistema de Pessoal, além de habilitado, situar-se-ia no 14º (décimo quarto) lugar no Edital nº 16/74-CEST se nele figurasse à época e levando em consideração os mesmos critérios adotados.

Tendo em vista a existência de 2 (duas) vagas na lotação da Classe "C", da Categoria Funcional de Arquiteto, proponho a Vossa Excelência a inclusão do requerente.

Brasília, 11 de maio de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do
Distrito FEderal

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 11 de março de 1975

ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCURADORIA GERAL

FEDERAL

PARECER N.º: 001/75/ PRG/GAb

PROCESSO N.º: 38 673/68

INTERESSADO: IVO KREBS MONTENEGRO

ASSUNTO: Requer reintegração em cargo de Professor do Ensino Médio, Nível 19, da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal.

EMENTA:

- A reconsideração, pelo DASP, de pronunciamento anterior, reconhecendo como de natureza técnica ou científica os cargos de Oficial de Orçamento e de Oficial Instrutivo do Tribunal de Contas da União, em face dos requisitos que passaram a ser exigidos pela Resolução nº 103/71 daquela Corte, para o efeito de admitir a licitude da acumulação com o cargo de Professor do Ensino Médio do GDF, não aproveita ao servidor que, antes da mesma, foi exonerado a pedido.
- A reintegração, prevista no artigo 58 da Lei nº. 1 711, de 28.10.1952, não é fórmula legal válida, para o reingresso, no serviço público, daquele que - voluntariamente - desligou-se da relação jurídica que o vinculava ao Estado.

Senhor Governador

Relatório:

Estão reunidos, nos presentes autos, 5 (cinco) processos, de nºs. 09092/67, 038673/68, 037907/68, 16 900/71 e 19 491/72, relativos a IVO KREBS MONTENEGRO.

2. Em 13.03. 1 967, o interessado - Oficial de Orçamento, TC-3, do Tribunal de Contas da União -, prestou a declaração de acumulação de fls. 04, em virtude de passar a exercer, concomitantemente, o cargo de Professor, nível 19, da Prefeitura do Distrito Federal.

3. A Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos do Distrito Federal, em deliberação de 13.06.1 967, acompanhando o voto do Relator, Doutor JÚLIO CÉSAR SANTOS, manifestou-se pela remessa da matéria à Comissão de Acumulação de Cargos do DASP, visto pertencer um dos cargos à administração federal, nos termos da Resolução nº 04, de 09.02.1 967 (fls. 11/12).

4. Após diligências promovidas pela C.A.C. do DASP (fls. 15/22), visando apurar a situação do interessado no Distrito Federal e as exigências para o provimento do cargo de Oficial de Orçamento e atribuições, perante a Secretaria de Administração e o Tribunal de Contas da União, respectivamente, foi emitido o Parecer de fls. 23/25, de 28.08.1 968, com a seguinte ementa:

"Não é lícita a acumulação dos cargos de Oficial de Orçamento do Tribunal de Contas da União e de Professor do Ensino Médio da Prefeitura do Distrito Federal, por não ser o primeiro cargo - Oficial de Orçamento - de natureza técnica ou científica na forma do art. 3º do Decreto nº 35 956/54."

5. Aprovado pelo Diretor Geral Substituto do DASP, em... 02.09.1 968, o processo foi restituído à Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos da Prefeitura do Distrito Federal (fls. 25/26), "para proceder na forma do art. 193 da Lei nº 1 711, de 1 952".

6. Não se conformando com a decisão, o interessado, aludindo às "atribuições de assessoramento técnico no Gabinete do Senhor Ministro Presidente", do Tribunal de Contas da União, "inegavelmente de natureza técnica", solicitou, em 21.10.1 968, ao Diretor Geral do DASP, a reconsideração do despacho retro aludido, após nova audiência da Comissão de Acumulação de Cargos (fls. 30/31). O pedido era instruído com declaração do Chefe do Serviço do Pessoal do T.C.U., referente aos encargos cometidos ao servidor, como assessor técnico do Gabinete do Ministro Presidente e os conhecimentos exigidos (fls. 32).

7. Simultâneamente pleiteou, ao Exmo. Sr. Secretário de Administração do Distrito Federal, a sustação de qualquer procedimento administrativo, "até que o DASP julgue, em definitivo, o recurso ora interposto, pelo qual o suplicante provará, perante aquele órgão, a característica de tecnicidade do seu cargo federal, de conformidade com a legislação em vigor" (fls. 37). Acompanhando esta manifestação ofereceu requerimento, manifestando opção pelo cargo federal e solicitando "exoneração da função de Professor do Ensino Médio dessa Prefeitura". O entao Secretario de Administração emitiu o seguinte despacho: " Defiro o pedido de sustação da exoneração do optante, até que o DASP se pronuncie sobre o recurso por ele interposto. À CCAC. 24.10.68 " (fls. 40v).

8. Mediante o ofício nº 002272, de 25.10.1968, o Secretário da C.A.C. do DASP solicitou ao Presidente da C.C.A.C. da Prefeitura do Distrito Federal, a restituição do processo nº 7.435-2/67, para exame do recurso (fls. 33). A remessa foi procedida em 5.11.1968 (fls. 28), dando ensejo à informação de fls. 34, subscrita pelo Dr. CORSÍNDIO MONTEIRO DA SILVA, Subcoordenador para Assuntos de Acumulação de Cargos Públicos, em 02.06.1970, que - após afirmar ser o interessado regido pela C.L.T., não amparado pela Lei nº 4.242/63 - sugeria a devolução ao Governo do Distrito Federal, para os devidos fins, face ao Parecer nº I-032, de 23.04.1970, do Exmo. Sr. Consultor Geral da República.

9. A manifestação da douta Consultoria Geral da República, aludida no informe, foi publicada no D.O. de 04.05.1970 (págs.3196/7), ostentando a seguinte ementa:

> " Acumulação de cargos. Fundações instituídas por lei federal.
>
> - Não há que se aplicar àquelas entidades os princípios da acumulação, desde que a equiparação prevista no § 2º do art. 4º, do Decreto-lei nº 200, de 1967, foi expressamente revogada (art. 8º do Decreto-lei nº 900, de 1969)."

10. Retornando o processo ao GDF (fls. 34), foi enviado à Secretaria de Administração, em 8.06.1970 (fls. 35) e, a seguir, à C.C.A.C. em 16.06.1970 (fls. 35), "para as providências que se fizerem necessárias".

11. Eis que, a fls. 41, aparece o despacho, datado de 26.10.1970, proferido pelo Dr. EDUARDO LUIZ SAFE CARNEIRO, determinando à Secretaria Executiva da C.C.A.C. para, em diligência junto à D.P., verificar se o interessado fora exonerado do cargo de Professor do Ensino Médio, nível 19, em virtude do requerimento de fls. 33 (atual fls. 37). Na data subsequente foi prestado o esclarecimento de que não ocorrera exoneração e sim aproveitamento, no Quadro Permanente do Pessoal do DF, no cargo de Professor do Ensino Médio, MG 1.02.19, de acordo com Decreto de 26.11.1968.

12. Encaminhado à C.C.A.C. do DF, em 4.11.1970, o Relator, Dr. ILDEU DINIZ, propôs a devolução ao DASP, para exame do recurso do interessado, face ao atendimento da diligência, em 10.12.1970 (fls. 42/42v), o que foi providenciado em 16.12.1970 (fls. 42v).

13. Exarou, então, o Dr. WALDYR DOS SANTOS, Coordenador da Legislação de Pessoal do DASP, o despacho de fls. 43, em 05.02.1971, restituindo o processo ao GDF e recomendando o exame do caso "de conformidade com o parecer emitido no Processo nº 52 367/61, in Diário Oficial de . . .. 19/02/1 962".

14. O referido pronunciamento, publicado na página 1 386 do órgão oficial mencionado, exibia a seguinte ementa:

> "Ilegítima a acumulação de Técnico de Orçamento do Tribunal de Contas da União com Professor da cadeira de Elementos de Finanças e Legislação Tributária Fiscal, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba."

15. Submetido, mais uma vez, à C.C.A.C. do Distrito Federal, em 12.02.1971, foram apresentados o Relatório e o Parecer de fls.44/46, de lavra do Dr. ILDEU DINIZ, em 11.03.1971 destacando-se a conclusão:

> "O processo já foi decidido, quanto ao mérito e a conclusão da Comissão de Acumulação de Cargos foi pela ilicitude da acumulação.
>
> O Declarante fez sua opção, no prazo legal recorrendo da decisão por julgá-la contrária ao seu direito conseguindo a sustação de sua exoneração do cargo de Professor do Ensino Médio, do GDF, enquanto o recurso fosse julgado.
>
> Além disto, conseguiu ser aproveitado no Quadro Permanente de Pessoal do DF, no cargo de Professor do Ensino Médio, ao envés de ser exonerado do mesmo cargo, do Quadro provisório.
>
> Por tudo que se vê do processo conclue-se que o interessado em lugar de providenciar o andamento do recurso por ele interposto, perante o DASP, procurou solidificar sua situação passando para o Quadro Permanente.
>
> O recurso não foi apreciado e, de acordo com o despacho de fls. 38, parece que não tem nenhuma chance, face aos termos do parecer exarado no processo 52 367/71, anexado ao feito.
>
> Outrossim, parece-me que o despacho concessivo do prazo para apreciação e julgamento do recurso já se alongou por demais, sendo lógico e justo que se lhe ponha um final.
>
> No entanto, nem o recurso e nem o despacho do Sr.Secretário de Administração, podem ser apreciados por esta CCAC por faltar-lhe competência para tanto,podendo, quanto ao segundo propor que seja o processo encaminhado à referida Autoridade para que, revendo o ato, fixe um prazo para que o Sr. IVO KREBS MONTENEGRO obtenha a decisão de seu recurso interposto perante o DASP.
>
> Isto posto, e tendo em vista que esta Comissão não pode apreciar o recurso interposto, opinamos no sentido de que o presente processo seja devolvido ao DASP para exame e decisão quanto ao citado recurso."

16. Com a aprovação do Ilmo. Sr. Presidente da C.C.A.C, em 16.03.1971 (fls. 46), os autos foram submetidos ao Exmo. Sr. Secretário de Administração que, em despacho de fls. 48/49, de 22.03.1971, levou o assunto à apreciação do Exmo. Sr. Governador, finalizando nos seguintes termos:

> ". . . . . .
>
> Nenhuma notícia relativa à apreciação do recurso se ouviu ou se leu, após mais de dois anos de vigência da medida suspensiva. O interessado não tomou qualquer providência no sentido de acelerar o julgamento do pedido de reconsideração, ao contrário, ao passar para o Quadro Permanente, apenas procurou solidificar a sua situação junto ao Distrito Federal.
>
> Diante destes fatos, entendo que a medida acauteladora,consubstanciada na suspensão do feito,já se alongou por demais, parecendo-me justo e necessário por-lhe fim, dando provimento ao pedido de exoneração de fls. 33, pois, caso venha o DASP entender como lícita a acumulação, o servidor poderá ser reintegrado no cargo.
>
> Por tudo isto, opino seja concedida a exoneração do servidor IVO KREBS MONTENEGRO, acima qualificado, nos termos do art. 75, I, combinado com o art. 193, da Lei nº 1 711/52."

17. O então Chefe do Executivo local (fls. 48/49), placitou, na mesma data, a sugestão, sendo assinado o decreto de exoneração a pedido, publicado no "Distrito Federal" de 24.03.1 971.

18. Volveu o interessado, em 28.05.1971, com o requerimento de fls. 53, solicitando a juntada, ao processo, como elemento novo, das páginas do "Diário Oficial" de 24.03.1 971, onde fora publicada a Resolução nº 102/71, do Egrégio Tribunal de Contas da União e reivindicando nova remessa do processo ao DASP.

19. Em 19.06.1 971, o Exmo. Sr. Secretário de Administração procedeu o encaminhamento ao DASP (fls. 56), na forma pretendida pelo peticionário, sendo emitido, em 27.07.1972, o Parecer de fls. 57/58, pelo Dr. CORSÍNDIO MONTEIRO DA SILVA, assim ementado:

> "São de natureza técnica ou científica os cargos de Oficial de Orçamento e de Oficial Instrutivo do Tribunal de Contas da União, em face dos requisitos que passaram a ser exigidos pela Resolução nº 103 / 71 daquela Corte."

20. O Doutor WALDYR DOS SANTOS, Coordenador de Legislação do Pessoal, proferiu despacho no dia imediato, reconsiderando o entendimento anterior e promoveu a volta do processo à Secretaria de Administração do Distrito Federal (fls. 58).

21. O Chefe do Gabinete do Secretário de Administração encaminhou os autos à C.C.A.C. (fls. 58), para conhecer, o que se deu em 19.8.1972, quando foi exarado o despacho do Presidente em exercício, remetendo à Coordenação do Sistema de Pessoal, para as providências complementares e posterior devolução, com vista ao exame dos requisitos legais (fls. 59).

22. A Ilma. Sra. Coordenadora do Sistema de Pessoal emitiu a informação de fls. 59/59v, concluindo:

> ". . . . . .
>
> Volta, agora, o mesmo processo com parecer favorável do DASP baseado na Resolução nº 103/71 do Tribunal de Contas da União que passou a considerar o cargo de Oficial de Orçamento como Técnico, por exigir para o ingresso na carreira, curso superior de Bacharel em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.
>
> Conclui-se, pois, que a legalidade da situação do servidor passou a vigorar, a partir de 23.03.71,data do "Diário Oficial, que publicou a Resolução nº. 103, de 09.03.71.
>
> Havendo, pois, coincidência das datas das publicações do Decreto de exoneração de IVO KREBS MONTENEGRO e da Resolução nº 103/71, esta Coordenação submete à consideração de Vossa Excelência o presente caso, sugerindo, ainda, seja ouvida a douta Procuradoria Geral".

23. Houve por bem o Exmo. Sr. Secretário de Administração, em 30.08.1 972, solicitar o pronunciamento desta Procuradoria Geral (fls. 60), tendo os autos sido distribuidos ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, para emissão de parecer, em 31.08.1 972 (fls. 60v).

24. O interessado, em 04.09.1 972 formulou requerimento, ao Exmo. Sr. Secretário de Administração, pleiteando a reintegração, no cargo de que fora exonerado, juntando as páginas do "Diário Oficial" de 3.8.1972 e e do "Distrito Federal" de 24.03.1 971 (fls. 62/64), onde haviam sido publicados respectivamente, o Parecer do DASP, favorável à sua pretensão e o ato de exoneração. Em virtude da matéria estar sob exame da Procuradoria Geral, a petição foi encaminhada a este órgão, em 16.10.1 972 (fls. 66).

25. O Ilmo. Sr. Dr. Procurador JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO emitiu, em 30.09.1 974, o Parecer nº 80/74-1a.SPRG (fls. 67/74), no qual, após examinar detidamente todas as etapas do feito afirma:

> "Ex positis e face à conclusão a que chegou o DASP' em parecer retro, em razão de sua competência (portaria nº 142, de 16.06.1 970), tornando a acumulação ilícita no cargo de Oficial de Orçamento do T. C. U. com a de Professor de Ensino Médio do GDF e considerando:
>
> a) - que o ato gerador - o motivo da exoneração foi o pressuposto de acumulação ilícita dos cargos de Oficial de Orçamento do T.C.U. com o de Professor do Ensino Médio;
>
> b) - que, posteriormente, em reexame, via de recurso do ex-servidor, o DASP considerou o cargo de Ofi -

cial de Orçamento do T. C. U. como cargo tecnico,observadas as normas prescritas no Decreto número . . 35 956/54, desfazendo, portanto, o sentido e alcance do primeiro parecer, opino pela revogação do ato de exoneração do ex-servidor requerente, reitegrando-o no exercício do cargo que ocupava no GDF ou seja de Professor de Ensino Médio, preenchidas as formalidades exigidas pelo artigo 188, ítem II, do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO(Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1 952), regulamentadas pelo Decreto nº 35 956, de 02.08.1954 (parágrafo 2º, do art. 1º)."

26. Tal manifestação mereceu a aprovação do Ilmo. Sr. Dr. 1º Subprocurador Geral, no encaminhamento de fls. 75, datado de 06.11.1974,nos seguintes termos:

"Aprovo o Parecer nº 80/74-1a.SPRG (fls. 67/74). Após pronunciamento do ilustre Assistente Jurídico do DASP, Prof. CORSÍNDIO MONTEIRO DA SILVA, aprovado pelo Doutor WALDYR DOS SANTOS, Coordenador da Legislação do Pessoal daquele órgão da Presidência da República, no sentido da licitude da acumulação dos cargos de Professor do Ensino Médio do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal e de Oficial de Orçamento do Tribunal de Contas da União é de se proceder à reintegração do interessado no cargo pelo mesmo ocupado no Distrito Federal à data da exoneração."

27. Vindo-nos os autos conclusos, solicitamos ao Exmo. Sr. Secretário de Administração, mediante o O.I. nº 133/74, de 3.12.1 974 (fls. . 76), o histórico completo da vida funcional e financeira do ex-servidor. As informações foram remetidas através do O.I. nº 792/74-SEA, de 11.12.1 974 (fls. 78/83).

28. Procedido ao histórico, indispensável à exata compreensão da controvérsia, que abrange o período de 13.03.1967 a 11.12.1 974, entendemos que devem ser aditadas algumas considerações, ao douto pronunciamento da 1a. Subprocuradoria Geral.

Parecer:

29. Indiscutível a competência do DASP, para dirimir a dúvida sobre a possibilidade de acumulação,visto que um dos cargos pertencia à órbita federal. Inicialmente afeta à Seção de Regime Disciplinar da antiga Divisão do Pessoal (depois Divisão do Regime Jurídico do Pessoal) a matéria passou à égide de Comissão de caráter permanente (Decreto nº 38 865/56 e Decreto nº 2 038/62) e, posteriormente, extinta a Comissão pelo Decreto nº. . 66 222/70, art. 19) à Coordenação de Legislação de Pessoal do DASP (art.9º. h,3).

30. Quando o processo teve início (13.03.1967), ainda subsistia a Comissão de Acumulação de Cargos do DASP que, na plenitude de sua competência, deliberou considerar ilícita a acumulação, em 23.08.1968 (fls. 23/24) , o que mereceu a aprovação do Exmo. Diretor Geral Substituto, em 02.09.1968.

31. O § 4º do art. 15 do Decreto nº 35 956/54, facultava ao interessado a interposição de recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Exmo. Sr. Presidente da República. Porém, conforme assinala CORSÍNDIO MONTEIRO DA SILVA, in "Acumulação de Cargos" (2a. Ed. 1 965 - pág.87),

" em face de dúvida suscitada pela Comissão de Acumulação de Cargos quanto à legalidade daquele prazo regulamentar, o Consultor Jurídico do DASP, Dr. CLENÍCIO DA SILVA DUARTE, manifestou-se no sentido de que o prazo a ser considerado é o constante do ítem II, do art. 169, da Lei nº. .. 1 711, de 1 952 (Estatuto dos Funcionários), isto é, 120 dias, a partir da data da publicação da decisão do Diretor Geral no órgão oficial da União. Prevaleceu o ordenamento estatutário que faculta ao funcionário não só pedir reconsideração à autoridade que houver proferido a decisão,como recorrer, dentro de 120 dias, à autoridade superior, do indeferimento do pedido".

32. E acrescenta o acatado autor:

"Demais disso, não seria legal nem legítimo, em nosso Sistema, que se furtasse à autoridade a possibilidade de rever sua decisão, acontecendo à Comissão de Acumulação de Cargos uma situação peculiar, porquanto à vista, não só do pedido de reconsideração, como de recurso ao Presidente da República, revê ela o assunto, desde que oferecidos novos elementos que melhor elucidem a acumulação ou mostrem o possível desacêrto do pronunciamento.Caso perdure o mesmo entendimento pela negação da possibilidade legal de acumular, cabe ao Diretor Geral do DASP indeferir o pedido, que, por economia processual, foi também recebido como recurso ao Presidente da República, cumprindo-lhe, então, remete-lo ao Chefe do Poder Executivo, devidamente instruido com as razões pelas quais sugere seja denegado o recurso."

33. Tempestivo foi, portanto, o pedido de reconsideração, oferecido em 23.10.1968 (fls. 30/32). Todavia, consoante o art. 168, da Lei nº 1 711, de 28.10.19 52, "o pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, o que for provido retroagirá, nos efeitos, à data do ato impugnado". Acatando, entretanto, petição do interessado (fls. 37) o então Exmo. Sr. Secretário de Administração deferiu o pedido de sustação da exoneração a pedido, até que o DASP se pronunciasse sobre o recurso interposto.

34. Parece-nos que tal pronunciamento não encontrava guarida na regra legal mencionada, convindo ainda ressaltar que ao restituir o processo ao Distrito Federal, após decidir pela ilicitude da acumulação, a C.A.C.do DASP recomendara o procedimento previsto no art. 193 da Lei nº. . . 1 711/52, in verbis:

"Verificada em processo administrativo acumulação proibida, e provada a boa fé, o funcionário optará por um dos cargos.
Parágrafo Único - Provada a má fé, perderá também o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente."

35. Assinala-se, outrossim, o disposto nos §§ 5º, 6º e 7º, do Decreto nº 35 956, de 02.08.1 954:

"§ 5º - Se a decisão for no sentido da legalidade da acumulação, o órgão do pessoal promoverá a apostila a que se refere o § 1º deste artigo; caso contrário, será sustada a posse até a decisão final e consequente opção, se mantido o pronunciamento da Comissão.

§ 6º - O órgão do pessoal só dará posse ao servidor após decisão favorável da comissão, ou quando ocorrer a hipótese prevista no parágrafo único do artigo 17.

§ 7º - Se a decisão favorável for conhecida quando houver expirado o prazo de posse, promover-se-á a expedição de novo ato de provimento, revestido da forma prevista neste artigo".

36. O parágrafo único do artigo 17, mencionado no § 2º do artigo 18, preceituava:

"Em se tratando de caso idêntico a outro já decidido na forma do art. 15, o órgão do pessoal mencionará expressamente a decisão e resolverá o assunto, comprovada a compatibilidade de horário, enviando à aludida comissão, no prazo de cinco dias, para controle a posteriori, um resumo do caso e dos fundamentos da solução adotada."

37. Tranquilo é o entendimento de que tanto o "pedido de reconsideração ou recurso de decisão do Diretor-Geral do DASP firmada em parecer desta Comissão não tem efeito suspensivo, conforme o que dispõe o art. 168 da Lei nº 1 711, de 28 de novembro de 1 952" (sic), consoante Parecer da . . C.A.C. do DASP, no Processo nº 5 712/66 (D.O. de 05.01.1 967 - págs. 194/1 95, anexas).

38. Foi ainda a mesma Comissão que, respondendo a consulta, no Processo nº 3 401/68, concluiu que:

"após conhecimento da decisão do Diretor Geral do DASP, aprovando parecer desta Comissão, contrário à acumulação em que incide o funcionário, deverá ser iniciado, de imediato, o inquérito administrativo para apurar a boa ou má fé, na forma do art. 193 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, independentemente do andamento regular do pedido de reconsideração ou do recurso nos termos da lei. Ultimado o inquérito, cujo término poderá coincidir com a decisão da autoridade competente (o Diretor Geral do DASP ou o Presidente da República, conforme o caso), será o funcionário convidado a optar por um dos cargos, na hipotese de ficar provada a boa-fé,ou se proporá sua demissão de todos os cargos. com restituição do que houver recebido indevidamente, na hipótese de ficar provada a má fé. Caso o funcionário não exerça,nessa oportunidade, o direito de optar por um dos cargos deverá ser providenciada, de imediato, sua exoneração do cargo federal ou do exercício de menos tempo, na hipótese de serem ambos da esfera federal. Na hipótese de o funcionário não pedir reconsideração ou recorrer, a solução estará contida na decisão ditada pelo inquérito administrativo dentro de sua normal tramitação" (D.O. de . . . . 20.08.1968 - pág. 7 366). (os grifos não são do original.)

39. No caso dos autos adotou-se um procedimento sui generis : o interessado optou pelo cargo federal e pediu exoneração, atribuiu-se efeito suspensivo ao pedido de reconsideração e não foi instaurado o processo administrativo. Ainda mais: sustou-se a exoneração, até o pronunciamento do DASP sobre o recurso interposto. (fls. 40v.).

40. Somente 30 meses após, levando em conta o retardamento na apreciação do recurso, é que o Exmo. Sr. Secretário de Administração houve por bem sugerir ao Exmo. Sr. Governador o deferimento da exoneração do interessado, ressaltando todavia, que "caso venha o DASP entender como lícita a acumulação, o servidor poderá ser reintegrado no cargo".

41. Entendemos que jamais caberia alusão à reintegração, instituto que tem um sentido completamente diverso daquele que se pretendeu utilizar, conforme a definição legal, contida no artigo 58 do E.F.P.C.U. :"A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária, é o reingresso no serviço público, com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo".

42. A reintegração possui, como pressupostos, o irregular afastamento do cargo, a demissão injusta, que não ocorreram na espécie, posto que a exoneração decorreu de pedido do próprio interessado.

43. Queremos crer que o termo foi utilizado em sentido lato, ante a impossibilidade do apelo à readmissão, anteriormente prevista nos artigos 62 e 63 da Lei Estatutária, que foram revogadas pelo artigo 113 do Decreto-Lei nº 200/67, suposição que, todavia, não viabiliza o procedimento.

44. Por outro lado é irrefutável que, anteriormente ao advento da Resolução nº 103/71, de 09.03.1971, do Colendo Tribunal de Contas da União, publicada no "Diário Oficial" de 24.03.1971, o DASP considerava ilícita a acumulação do cargo de Oficial de Orçamento do T.C.U. e de Professor de Ensino Médio do G.D.F. . A reformulação desse entendimento adveio da norma inscrita no parágrafo único do artigo 1º, da mencionada Resolução, que dispunha:

> "Somente os portadores de diploma, em nível superior, equivalente, de Administração, Contabilidade, Direito ou Economia, poderão inscrever-se candidatos aos concursos para o provimento dos cargos de Oficial Instrutivo e Oficial de Orçamento."

45. A regra, dispondo para o futuro, repercutiu no pretérito, segundo o douto pronunciamento do Ilmo. Sr. Assistente-Jurídico-Assessor Técnico, de fls. 57/57, aprovado pelo Ilmo. Sr. Coordenador da Legislação do Pessoal (fls. 58), que reconsiderou o entendimento anterior.

46. Acrescente-se que, em virtude da Lei nº 5 713, de . . . . 11.10.1971, o cargo de Oficial de Orçamento passou à denominação de Técnico de Controle Externo, na forma disciplinada pela Resolução nº 109/71, de . . 26.10.1 971, publicada no D.O. de 03.11. 1 971. Mais tarde a Lei nº.. 5 951, de 03.12.1 973, fixou os valores do Grupo - Atividades de Controle Externo e outros (D.O. de 04.12.1 973), sendo aprovadas as especificações de classes pela Resolução nº 132, de 08.11.1 973 (D.O. de 27.11.1 973) e fixado o número de cargos pela Resolução nº 136, de 6.12.1 973.(D.O. de 10.12.1973).

47. O reconhecimento posterior da natureza técnica ou científica dos cargos de Oficial de Orçamento e Oficial Instrutivo do Tribunal de Contas da União, teria o condão de restabelecer a situação anterior?

48. Em que pese a brilhante argumentação desenvolvida no Parecer de fls. 67/74 e no encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 1º Subprocurador Geral, entendemos que não. Ocorre-nos trazer à colocação o Parecer da C.A.C. do DASP, no processo nº 123-63, assim ementado:

> "Exoneração solicitada em virtude da impossibilidade legal de acumular, havendo imediato afastamento do exercício do cargo, não pode ensejar recomposição da situação anterior".

49. Examinava-se, na oportunidade, hipótese de Médico, que havia solicitado exoneração, sob o fundamento de "não poder acumular" e que não chegou a ser formalizada, ensejando a que o peticionário requeresse fosse tornado sem efeito o pedido. Decidiu a C.A.C. pela improcedência do pretendido, uma vez que o interessado se desvinculara antes do advento da E.C. nº. 20/66, que ensejara a acumulação.

50. No caso dos autos parece-nos que a reconsideração da matéria, pelo DASP, em decisão de 28.07.1972, não pode acarretar o restabelecimento do vínculo estatutário, desfeito a pedido do próprio servidor, com a exoneração, publicada em 24.03.1 971. Sequer a circunstância de, na mesma data, coincidentemente, ter sido divulgada a Resolução nº 102/71, do Egrégio Tribunal de Contas da União, repercute em nossa apreciação. Isto porque tal deliberação, por si só, não tornaria viável a acumulação. Quando sobreveio a reconsideração, pelo DASP, já se consumara a exoneração.

51. Ademais, inobstante a própria Administração, à época, haver admitido a reintegração, a mesma afigura-se nos impossível, face aos expressos termos do artigo 158 da Lei nº 1 711, de 28.10.1 952. Contra o ato de exoneração não se insurgiu o interessado, deixando prescrever o seu direito de pleitear na esfera administrativa, que seria de 120 dias, a partir da publicação (art. 169,II e 170 do E.F.P.C.U.).

52. Merece ser invocado o magistério de J. CRETELLA JUNIOR sobre a matéria:

> "Pela exoneração desliga-se o funcionário público voluntariamente da relação jurídica que o vincula ao Estado.
>
> Não se confunde, em nosso direito, a exoneração com a demissão, porque, enquanto esta última assume o caráter de pena administrativa imposta pelo Estado, a exoneração, que é um"ato pelo qual a autoridade competente dá por findo o exercício das funções públicas de um funcionário, a requerimento dele, é de iniciativa do proprio funcionário."
>
> ("Tratado de Direito Administrativo" - Vol. IV -pág 394 - 1a. Ed. 1 967 - C. Ed. Forense - os grifos são do original)

53. É também o festejado mestre quem define a reintegração como "o ato pelo qual o Estado reconduz ao cargo o funcionário público ilegalmente demitido, indenizando-o dos prejuízos que o afastamento lhe causou", elucidando, a seguir:

> "A ilegalidade do ato demissório ou a supressão do cargo são causas determinantes do aparecimento da figura jurídica da reintegração, devendo, por isso mesmo, surgir o remedium juris da revogação do ato ilegítimo, no primeiro caso, o da recriação do cargo suprimido, no segundo caso.
>
> No mesmo instante em que se concretiza a reinvestidura adquire o funcionário o direito a todas as vantagens pecuniárias e promoções de que ficou privado por força do ato injusto que lhe determinou o afastamento, anulando-se os prejuizos verificados durante o interregno por meio de novo ato administrativo revogatório do ato causador da demissão ou por meio de sentença judiciária." (op. . cit., págs. 311/312).

54. Devemos, finalmente, reportar-nos ao V. Acordão, proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária de 14.10.1970, quando - por unanimidade - decidiu:

> "Acumulação remunerada - Dois cargos de médico -No regime estatutário as normas legais ou constitucionais promulgadas posteriormente ao início da ação podem ser aplicadas aos processos em andamento - Para aplicação desse princípio nos casos de acumulação, que de proibida passou a ser permitida, é necessário que o vínculo funcional entre o servidor e o Estado não tenha sido rescindido - Consumada a opção antes do início da ação, desapareceu o vínculo funcional, tornando-se impossível a aplicação da norma estatutária. Embargos não conhecidos."(R.T.J vol. 56 - pág.267/268 - os grifos não são do original).

55. Ressaltamos o seguinte trecho, do voto do Relator Exmo. Sr. Ministro Bilac Pinto:

> "Tenho sustentado que, no regime estatutário, as normas constitucionais ou legais promulgadas posteriormente ao início da ação, podem ser aplicadas aos casos pendentes.
>
> Há, porém, um pressuposto implícito nesse ponto de vista: é o de que o vínculo funcional entre o servidor e o Estado não tenha sido rescindido.
>
> Não é o que ocorre no presente processo.
> Os embargantes, atingidos pela norma que proibia a acumulação remunerada, foram notificados para fazer suas opções.
> Consumadas as opções, desapareceram os vínculos funcionais que existiam entre os embargantes e a entidade paraestatal de que se desligaram.
> A lei de desacumulação operou todos os seus efeitos no plano administrativo, passando os embargantes a exercer apenas um dos cargos de médico.
>
> Tais vínculos não podem ser restaurados, em razão do advento de norma posterior."

56. Face ao exposto, opinamos pelo indeferimento do pedido de reintegração, formulado pelo interessado, pelos seguintes fundamentos:

a) inexistiu qualquer ilegalidade ou irregularidade no ato que, atendendo à sua própria solicitação, decorrente da opção pelo cargo federal, concedeu a exoneração;

b) na hipótese de exoneração, a pedido, não cabe a reintegração do servidor;

c) ao sobrevir a reconsideração do DASP,conceituando como de natureza técnica ou científica os cargos de Oficial de Orçamento e de Oficial Instrutivo do Tribunal de Contas da União, já fora consumada a exoneração, a pedido, estando rescindido o vínculo funcional entre o servidor e o Distrito Federal.

À Superior apreciação de Vossa Excelência.
PRG, 10 de janeiro de 1 975

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

Aprovo o parecer do Procurador Geral, que demonstra a impossibilidade legal da reintegração solicitada.

Em, 24 de fevereiro de 1975

[illegible] MATTOS MARIAS
GOVERNADOR

PROCURADORIA GERAL
PARECER Nº. 02/75 — 3ª. SPRG
PROCESSO Nº.: 39.737/73
INTERESSADO: JOSÉ ANTONIO DOS REIS
ASSUNTO: Processo Administrativo.
EMENTA: Acidente de trânsito - Matéria de fato apreciada pela Comissão de Processo Administrativo e acolhida pela autoridade julgadora para efeito de fixação de responsabilidade - Reexame, por liberalidade, em caso definitivamente decidido no âmbito administrativo - A prova dos autos - Conclusão.

Senhora 3ª. Subprocuradora Geral.

RELATÓRIO

Em 17 de outubro de 1973, às 7:15 horas, ocorreu um acidente entre o veículo marca Volkswagen, tipo Sedan, Placa OF — 2897, pertencente ao DISTRITO FEDERAL, dirigido pelo motorista JOSÉ ANTONIO DOS REIS, e o ônibus da TCB, placa ON — 0540, conduzido pelo motorista FRANCISCO DE ASSIS BARROSO.
Não houve perícia.
Procedeu-se a processo administrativo, havendo a comissão concluído que a responsabilidade pelo acidente "deveu-se exclusivamente à atitude do motorista da TCB, em manobrar o seu veículo em narcha-à-ré, em local não permitido" (fls. 42).
Entendeu, ainda, a Comissão, que o motorista JOSÉ ANTONIO DOS REIS deveria ser repreendido, por não ter chamado a perícia, e, finalmente, que a TCB arcaria com a indenização dos danos, 293,25 (duzentos e noventa e três e vinte e cinco centavos).
O Exmo. Secretário de Administração, acolhendo a conclusão a que chegou a Comissão, demonstrou compreender que a responsabilidade pela colisão pertence ao motorista da TCB, em virtude da marcha-à-ré dada ao ônibus (fls. 45), assim como decidiu não aplicar penalidade a JOSÉ ANTONIO DOS REIS, por não ter chamado a perícia, em virtude dos seus bons antecedentes; finalmente, encaminhou o processo à TCB para as providências necessárias ao resarcimento dos danos causados oa veículos oficial (fls. 46).
Na TCB os autos, a Assessoria Jurídica entrou em disceptação quanto ao julgamento feito pelo Exmo. Secretário de Administração, por não considerar provado nos autos que o local onde ocorreu a marcha-à-ré a proibisse (fls. 48).
Devolvido o processo à Secretaria de Administração, foi novamente ouvida a Comissão, que explicou que a marcha-à-ré foi feita pelo motorista sem os devidos cuidados, não havendo a dita Comissão considerado apenas a proibição de retroceder o veículo no mencionado local (fls. 50).
O Exmo. Secretário de Administração pede o exame do processo pela Procuradoria Geral.
PARECER:
O processo administrativo já foi decidido pela autoridade competente, a qual, entretanto, face às ponderações da TCB, houve por bem solicitar a opinião da Procuradoria Geral.
2. A autoridade que julga o processo administrativo tem poderes para livre apreciação da prova, podendo acolher ou não as conclusões da respectiva Comissão.
Na espécie, o Exmo. Secretário de Administração pôs-se de acordo com a Comissão, deixando de apenar o servidor JOSÉ ANTONIO DOS REIS. Quanto a sua omissão na convocação da perícia, na consideração dos seus bons antecedentes, Manteve-se convergente em todas as conclusões, pois não punir não significa deixar de reconhecer a responsabilidade. Há casos em que, mesmo firmada a responsabilidade, a aplicação da pena é facultativa.
3. Evidentemente que, julgado o inquérito, somente por espírito de liberalidade, a autoridade aceita re-examinar o seu ato e, para tal fim, pede o parecer da Procuradoria.
Dentro do limite que seria possível a apreciação dos fatos pela Procuradoria Geral, para os fins colimados, entendemos que, face aos elementos constantes do processo, a responsabilidade deve competir ao motorista do ônibus, face a marcha-à-ré dada ao veículo, "sem os necessários cuidados".
Face ao exposto, somos de opinião, frente à prova colhida, que as conclusões da Comissão de Processo Administrativo e da autoridade julgadora devem ser mantidas.
É o Parecer,
"Sub censura.
Brasília, 19 de fevereiro de 1975
JOSÉ DE CAMPOS AMARAL
Procurador do Distrito Federal

processo nº.: 39.737/73
Interessado: JOSÉ ANTONIO DOS REIS
Assunto: Processo Administrativo

Senhor Governador

Aprovo o Parecer nº. 02/75 — 3ª. SPRG que concluiu pela manutenção das conclusões da Comissão de Processo Administrativo e da Autoridade julgadora.
A superior consideração de Vossa Excelência.
PRG, 27 de fevereiro de 1975
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

De acordo. Aprovo o parecer da Procuradoria Geral.
Em, 28 de fevereiro de 1975
ELMO SEREJO FARIAS

Gabinete Civil

Atos do Chefe

PORTARIA DE 03 DE MARÇO DE 1975
O Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,
RESOLVE:
Autorizar Rogério Pithon Serejo Farias, Secretário Particular, DAS 102.2, matrícula nº 18.365, a viajar a Salvador - Bahia, no dia 04 de março de 1975, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de março de 1975
JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

REPUBLICADO DO "DF" Nº 38 - PÁGINA 3, DO DIA 12/03/75, POR LAPSO DE REVISÃO.

Gabinete Militar

Atos do Chefe

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1975
O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967.

RESOLVE:

Autorizar Estevam Iemini de Rezende, Capitão PM, matrícula nº 18328, Ajudante de Ordem, a viajar a Goiânia-GO, no dia 09 de março do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de março de 1975.
GUARACY LIMA FURTADO Cel.PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1975
O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967

RESOLVE:

Autorizar Antonio Fernando de Oliveira Brandão, Major PM, matrícula nº 17765, Chefe do Serviço de Segurança, a viajar a Goiânia, no dia 09 de março do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 07 de março de 1975
GUARACY DE LIMA FURTADO Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

Órgãos vinculados ao Gabinete Civil

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

ATOS DO SUPERINTENDENTE

DESPACHOS

PROCESSO Nº 320.016/75 — AUD
INTERESSADO: Serviço Operacional
ASSUNTO: Prestação de Serviço
DESPACHO: Dispenso a Licitação com base no Art. 32, parágrafo 2º, item III, do Decreto Nº 2 819 de 31.12.74, e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma EITEL, Empresa de Instalações Técnicas Ltda, no valor total de 1.415,00 (hum mil quatrocentos e quinze cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.012/75 — AUD
INTERESSADO: Material e Patrimônio - SAG
ASSUNTO: Prestação de Serviço
DESPACHO: Dispenso a Licitação com base no Art. 3º, item II, letra "c" do Decreto Nº 1 703 de 31.05.71, e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma NIPO REFRIGERAÇÃO AR CONDICIONADO, no valor total de 2.020,00 (Dois mil e vinte cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.036/75 — AUD
INTERESSADO: Serviço de Administração Geral - SAG
ASSUNTO: Aquisição de Produtos de Limpeza
DESPACHO: Dispenso a Licitação com base no Art. 32 item I, do Decreto Nº 2 819 de 31.12.74 e autorizo a emissão de Nota de Empenho por estimativa em favor da SAB, no valor total de 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.037/75 — AUD
INTERESSADO: Serviço de Administração Geral - SAG
ASSUNTO: Aquisição de Utensílios de copa e cozinha
DESPACHO: Dispenso a Licitação, com base no Art. 32, parágrafo 2º, item I do Decreto Nº 2.819 de 31.12.74 e autorizo a emissão de Nota de Empenho por estimativa em favor da SAB, no valor total de 5.000,00 (cinco mil cruzeiros)
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.038/75 — AUD
INTERESSADO: Serviço de Administração Geral - SAG
ASSUNTO: Aquisição de generos alimentícios
DESPACHO: Dispenso a licitação, com base no Art. 32, parágrafo 2º, item I do Decreto Nº 2.819 de 31.12.74 e autorizo a emissão de Nota de Empenho por estimativa em favor da SAB, no valor de 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.039/75 — AUD
INTERESSADO: Serviço de Administração Geral - SAG
ASSUNTO: Aquisição de Material elétrico
DESPACHO: Dispenso a Licitação, com base no Art. 32, parágrafo, 2º, item I do Decreto Nº 2819 de 31.12.74 e autorizo a emissão de Nota de Empenho por estimativa em favor da S A B, no valor de 10.000,00 (dez mil cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.034/75 — AUD
INTERESSADO: Assessoria
ASSSUNTO: Aquisição de passagens aéreas
DESPACHO: Dispenso a Licitação com base no Art. 3º, item II, letra "c" do Decreto Nº 1703 de 31. 05.71, e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma VASP - Viação Aérea São Paulo S/A, no valor total de 1.013,00 (mil e treze cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

PROCESSO Nº 320.067/75 — AUD
INTERESSADO: Serviço Operacional
ASSUNTO: Prestação de Serviço
DESPACHO: Dispenso a Licitação com base no Art. 3º, item II, letra "c" do Decreto 1 703 de 31.05.71 e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma LANCHES PERLA LTDA, no valor total de 200,00 (Duzentos cruzeiros).
TAQUEGI KORESSAWA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 17 DE 06 DE MARÇO DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do artigo 18, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 1 748, de 14 de julho de 1971, combinado com o inciso X, do artigo 2º, do Decreto nº 1 747, da mesma data, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 160.200/75.

RESOLVE:

autorizar os servidores CARANAMBÚ BESSA, matrícula nº. 175, Diretor da Divisão de Educação Física, Esportes e Recreação, símbolo EC-03, MARIO DE ALMEIDA BRITTO FILHO Diretor da Divisão de Administração, símbolo EC-04, e OSWALDO GOMES CORREIA, matrícula nº 145, Mecânico Operador, símbolo EP-08, a viajarem à cidade de Goiânia-GO, no período de 08 a 09 do corrente, como representantes deste Departamento nas festividades de inauguração do Estádio Serra Dourada.
Distrito Federal, 06 de março de 1975
EMYGDIO DE CARVALHO
Diretor Substituto

"ARBITRAMENTO DE DIÁRIAS"
O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Com fundamentos nos artigos 135 e 136, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, ARBITRAR 08 diárias, no valor unitário e total, conforme discriminação abaixo, na forma do disposto do Decreto nº 1 735, de 06 de julho de 1971. Determinar à Seção Financeira que promova o pagamento das diárias arbitradas aos seguintes funcionários:
Matr.: nº: 162
NOME: EMYGDIO DE CARVALHO
CARGO: Diretor Substituto (Assessor)
SIMBOLO: EC-03
UNIT.: Cr$ 244,80
TOTAL: Cr$ 489,60
Matr. nº: 175
NOME: CARANAMBÚ BESSA
CARGO: Diretor da Div. EFER
SIMBOLO: EC-03
UNIT.: Cr$ 244,80
TOTAL: Cr$ 489,60

Matr. nº: 171
NOME: MÁRIO DE ALMEIDA BRITTO FILHO
CARGO: Diretor da Divisão de Administração
SIMBOLO: EC-04
UNIT.: Cr$ 244,80
TOTAL: Cr$ 489,60

Matr. nº: 145
NOME: OSWALDO GOMES CORREIA
CARGO: Mecânico Operador
SIMBOLO: EP-08
UNIT.: Cr$ 146,88
TOTAL: Cr$ 293,76
Brasília, 06 de março de 1975
Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER
MÁRIO DE ALMEIDA BRITTO FILHO
Dir. Div. de Administração

- OS IMOVEIS DO GOVERNO TAMBEM LHE PERTENCEM. CONSERVE-OS!

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº. 001.654/75,
RESOLVE:
Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, Assessor, Código DAS — 102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para apurar nos termos do artigo 178, Parágrafo 3º., da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, o acidente a que se refere o presente Processo.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,
RESOLVE:
Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, para substituir RAMILTON BERNARDES PEREIRA, ambos Assessores, Código DAS — 102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, no Processo nº. 551.754/72 — A, conferindo-lhe as atribuições de Vogal da respectiva Comissão de Processo Administrativo.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL:**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

BANCA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - AV. W-3, Quadra 510 - Entre os blocos B e C.

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº. 041.801/73,
RESOLVE:
Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA e ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessores, Código DAS — 102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido Processo.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº. 002.498/74;
RESOLVE:
Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA e ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessores, Código DAS — 102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido Processo.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975.
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 108.296/74,

RESOLVE:

Designar JOSE RENATO FIALHO DA SILVA, Assessor, Código DAS-102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para apurar nos termos do artigo 178, parágrafo 3º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o acidente a que se refere o presente Processo.
Brasília, 06 de março de 1975.
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975.
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 103.050/75,

RESOLVE:

Designar EDISON DEL PAPA, Assessor, Código DAS-102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para apurar nos termos do artigo 178, parágrafo 3º da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o acidente a que se refere o presente Processo.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 058.134/74,

RESOLVE:

Designar, JOSE RENATO FIALHO DA SILVA, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e EDSON DEL PAPA, Assessores, Código DAS-102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão de Processo Administrativo, incumbida de concluir os trabalhos de que trata o referido Processo.
Brasília, 06 de março de 1975.
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975.
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o constante do Processo nº 220.482/75,

RESOLVE:

Designar ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessor, Código DAS-102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para apurar nos termos do artigo 178, parágrafo 3º, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o acidente a que se refere o presente Processo.
Brasília, 06 de março de 1975.
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975.
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº 028.323/73,

RESOLVE:

Designar JOÃO ESTENIO CAMPELO BEZERRA, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessores, Código DAS-102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão de Processo Administrativo, incumbida de concluir os trabalhos constantes do referido Processo.
Brasília, 06 de março de 1975.
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a Portaria de 10 de setembro de 1974, que designou JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO, Diretor da Divisão de Programação e Controle, Símbolo FC—3, matrícula nº. 2.079, AGENARIO RIBEIRO CABRAL, Chefe do Amoxarifado Central, Símbolo FC—4, matrícula nº. 7.851 e MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, Chefe da Seção de Eliminação de Documentos, símbolo FC—8, matrícula nº. 17.702, para constituirem a Comissão encarregada de proceder à avaliação de papel picotado e jornais velhos, tendo em vista o constante do processo nº. 16.372/74.
Brasília, 05 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e tendo em vista o constante do Processo nº. 015.045/74,
RESOLVE:
Designar MARIA NAZARÉ LIMA MASCARENHAS, JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA e ROBERTO WALTER DE CASTRO, Assessores, Código DAS — 102.1, da Supervisão de Processo Administrativo, desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão de Processo Administrativo, incumbida de apurar os fatos de que trata o referido Processo.

Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 35 224/73
INTERESSADO: JOSÉ ESTEVÃO DE SOUZA — Mat. 12.878 — SERP — SEA
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar o possível abandono de cargo que estaria incorrendo o funcionário JOSÉ ESTEVÃO DE SOUZA, Encarregado de IRLAT, nível 12, matrícula nº. 12.878, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, por contar no período compreendido entre 17.2 a 31.7.73 com 165 (cento e sessenta e cinco) dias de faltas consecutivas ao serviço.

Durante o inquérito, ao ser atualizada a frequência do referido funcionário, constatou-se que o mesmo continuou faltando ao serviço, sem qualquer justificativa, no período de 1.8.73 a 18.9.74, data de seu comparecimento à Comissão.

O servidor acusado alegou, perante a Comissão, que suas faltas ao serviço, no período de 17 de fevereiro a 31 de julho de 1973, foram ocasionadas por problemas de saúde, comprometendo-se a apresentar comprovantes necessários.
Em virtude de não apresentação dos documentos de prova e, ainda, em decorrência do resultado de diligências junto ao Serviço Médico, foi o servidor indicado e citado para apresentar defesa, fazendo-o através de procurador devidamente constituído.
Discordo, entretanto, em parte, das conclusões da Comissão processante. O defensor do indiciado, no intuito de preservar os direitos de seu constituinte, requereu diligência reputada imprescindível ao total esclarecimento dos fatos que não foi atendida, tornando-se necessário, portanto, que os autores retornem ao Serviço Médico para o cumprimento da diligência requerida às fls. 42.
Diante do exposto, resolvo anular o presente Processo Administrativo, a partir do Relatório, a fim de constituir Nova Comissão incumbida de proceder à diligência.
Brasília, 05 de março de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o constante do Processo nº. 035.224/73,

RESOLVE:

Designar JOÃO ESTENIO CAMPELO BEZERRA, CARLOS ROBERTO MONTEIRO BERTAZI e JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, Assessores, Código DAS-102.1, da Supervisão de Processo Administrativo desta Secretaria, para, sob a presidência do primeiro, constituirem nova Comissão de Processo Administrativo incumbida de apurar os fatos de que trata o referido processo.

Brasília, 05 de março de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 29053/74
INTERESSADO: JOSÉ ALVES DA SILVA — Mat. 9679 — SSP
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E", nº. 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 50635/75
INTERESSADO: NILZA FREITAS CASTELLO BRANCO — Mat. 3.455 SEC/FEDF
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º. inciso I, do Decreto "E" nº. 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, da Lei nº. 1.711 de 28 de outubro de 1952.
Brasília, 06 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 51750/75
INTERESSADO: NEIRIEL DE ABREU SOUSA — Mat. 8.735 — SEC/FEDF
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339, de 12 de dezembro de 1967 E ARTIGO 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.
Brasília, 06 de março de 1974.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administração

PROCESSO Nº: 26.283/74
INTERESSADO : GERALDO MARQUES GUIMARAES - Mat. 2.055 - SEF
ASSUNTO : PARTICIPAÇAO DO FUNDO DE INCENTIVO A PRODUTIVIDADE
Geraldo Marques Guimarães, Escriturário, nivel 8-A, matricula nº 2.055, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, em requerimento dirigido ao Secretário de Administração em 1968, solicitou seu ingresso como participante do Fundo de Incentivo à Produtividade criado pelo Decreto-Lei nº 82/66.
Encaminhado o processo ao Diretor do Departamento da Receita para se pronunciar, voltou com a sugestão de que fosse estudada por esta Secretaria a readaptação do requerente em uma das carreiras do Grupo Ocupacional Fisco.
Todavia, o processo foi arquivado em 18/6/69, por despacho do Senhor Presidente da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, tento em vista a inexistência de vaga no grupo de Auxiliar de Coletoria, nivel 8.
Volta, agora, o requerente depois de decorridos 5 anos a solicitar o andamento do processo, alegando que o mesmo não foi submetido à apreciação da autoridade competente.
Considerando que o pedido encontra-se prejudicado pela prescição, indefiro-o.
Publique-se e arquive-se.
Brasília, 05 de março de 1975.
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 1.749/75
INTERESSADO: PLINIO CESAR FERRAZ DE ANDRADE Mat. 14.098-NOVACAP
ASSUNTO: Solicita restabelecimento do pagamento de função gratificada
PLINIO CESAR FERRAZ DE ANDRADE, Auxiliar de Portaria, nivel 7-A, matrícula nº 14.098, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ocupava, na NOVACAP, a Função Gratificada de Secretário Datilógrafo do Chefe da Divisão de Despesa da Diretoria Financeira, da qual foi dispensado, em 31 de maio de 1974, por ter sido colocado à disposição da Presidência da República.
Em requerimento de 20 de janeiro último, solicita o funcionário o restabelecimento do pagamento da gratificação que percebia naquela Companhia, nos termos do Decreto nº 2.781/74 e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 7º da Lei nº 4.341/64 e artigo 1º do Decreto Federal nº 73.877/74.
As legislações citadas não se aplicam ao aqui solicitado, pelo que indefiro a presente petição.
Brasília, 03 de março de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL:**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCES - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

BANCA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - AV. W-3, Quadra 510 - Entre os blocos B e C.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

L. Médico: 298/75 SM
Interessado: EUZEBIO RAIMUNDO DA FROTA
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Mat.: 01.583
Despacho: Concedo no período de 01/02/75 a 30/05/74, de de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
L. Médico: 266/75 SM
Interessado: NICOLAU PINTO RAMALHO
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 27/01/75 a 25/02/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
Atestado: 238/75 SM
Interessado: AMERICO ALVES LIRA
Mat., 09.604
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 15/01/75 a 31/01/75, de acordo artigos 123, 97 e 98 da Lei nº 17 11/52.
L. Médico: 353/75-SM
Interessado: JOAO ARAUJO LOPES
Mat.: 09.784
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/02/75 a 30/04/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
L, Médico: 260/75 SM
Interessado: FLORIPES DE SOUZA
Mat.: 10.157
Assunto Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/01/75 a 01/03/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
L. Médico: 280/75 SM
Interessado: MUDESTO NUNES SIQUEIRA
Mat.: 15.402
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 08/01/75 a 16/02/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52
L. Médico: 303/75 SM
Interessado: DIDIMO FERREIRA DE MELO
Mat.: 13.041
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 23/01/75 a 21/02/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
Atestado: 227/75 SM
Interessado: EVANILDO ALVES DE OLIVEIRA
Mat.: 15.099
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 15/12/74 a 12/02/75, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da Lei nº 1711/52
L. Médico: 316/75 SM
Interessado: ABADIO PEREIRA DAMASCENO
Mat.: 16.231
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/02/75 a 03/03/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52
Interessado: JULIO XAVIER RANGEL
Mat.: 04.504
Assunto: Concessão de Salário-família
Despacho: Concedido pela dependente MONICA DE MIRANDA RANGEL, filha, nascida em 04/05, 72, nos termos do artigo 138, da Lei nº 1711/52. Pagamento autorizado a partir de Janeiro de 1975. O período deverá ser requerido por exercícios findos.
Interessado: FRANCISCO MUNIZ FARRAPA
Mat.: 09.456
Assunto: concessão de Salário-família
Despacho: Concedo pelo dependente GLAUCIMAR DE CASTRO MUNIZ, filha, nascida em 13/12/74, nos termos do artigo 138 da Lei 1711 de 28.10.52. Pagamento autorizado a partir de janeio de 1975. O período anterior deverá ser requerido por exercícios findos.
Interessado: JOSE GOMES PINHEIRO NETO
Mat.: 10.036
Assunto: Concessão de Salário-família
Despacho: Concedo pelas dependentes MORGANA DE ASSIS PINHEIRO e FABIANA DE ASSIS PINHEIRO, filhas, nascidas em 21.06.68 e 23.11.70, respectivamente, nos termos do artigo 138 da Lei nº 1711/52. Pagamento autorizado a partir de Fevereiro de 1975, tendo em vista que o servidor tomou posse na Função em comissão de Diretor de Topografia DAU/SVO em 05.02.75.
Interessado: ANTONIO PEREIRA DE ALCANTARA
Mat. 13 047
Assunto: Concessão de Salário-família
Despacho: Concedo pelo dependente MARCOS PEREIRA DE ALCANTARA, Filho, nascido em 20/01/75 nos termos do artigo 138 da Lei 1711/52. Pagamento autorizado a partir de janeiro de 1975.
Interessado: BENEDITO JOSE VIEIRA
Mat: 13.076
Assunto: Concessão de Salário-família
Despacho: Dar continuidade de salário família pelo dependente ANTONIO JOSE BRANDO VIEIRA, filho, nascido em 29.08,52, por motivo do mesmo está cursando a quarta série de medicina na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de acordo com o artigo 138 da Lei nº 1711/52, conforme declaração apresentada.
Interessado: LUIZ SOARES DAS NEVES
Assunto: Cancelamento de Salário-família
Mat.: 01.427
Despacho: Cancelo, do ddpendente ROBERTO DE FATIMA SOARES, filho, por ter rendimentos próprios, a partir de setembro de 1874, conforme documento apresentado.
Interessado: LEONARDO DOS PASSOS
Mat.: 15 980
Assunto: Cancelamento de Salário-família
Despacho: Cancelo, da dependente EDVANILDE SANTOS DOS PASSOS, filha, a partir de dezembro de 1974, por ter rendimentos próprios, conforme documento apresentado.
Interessado: DOMINGOS ANTONIO ANTUNES
Mat.: 16.460
Assunto: Cancelamento de Salário-família
Despacho: Cancelo, da dependente ELPIDIA ANTUNES DA CONCEIÇÃO, (Termo de Guarda e Responsabilidade), por ter contraído matrimônio em 28.12.74 conforme Certidão de Casamento nº 8980, apresentada.
Obs: Seguem em anexo 06 (seis) cópias de Ordens de Serviço SP/-dag/SVO, para serem publicadas.
AMELIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº: - 0522110/75
INTERESSADO :- WALTER DE CARVALHO
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI 5/3 Nº 21, HI/SUL
DESPACHO :- DEFIRO

PROCESSO Nº:- 057934/74
INTERESSADO :- BRASILIA MANUTENÇAO DE VEICULOS LTDA.
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI 108/9, Bl. 06, Nºs 06, 08, EC-4, CR/N.
DESPACHO :- DEFIRO

PROCESSO Nº :- 051686/75
INTERESSADO :- JOEL VIANNA
ASSUNTO :- CARTA DE HABITE-SE - QI-8/12, Nºs. 13 e 15, HI/NORTE
DESPACHO :- DEFIRO

PROCESSO Nº:- 051793/75
INTERESSADO:- GILBERTO SARCE MOSTACATTO
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI 5/11, Nº 05 HI/SUL
DESPACHO :- DEFIRO

PROCESSO Nº: 073036/74
INTERESSADO: ADAMASTORA AMERICA DE ANDREAZZI
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO QI—2/8 Nº 12 HI/NORTE
DESPACHO: EXIGENCIA

PROCESSO Nº: 051498/75
INTERESSADO: WILSON SCHMIDT DE ANDRADE
ASSUNTO: AUTENTICAÇÃO DE PLANTAS Q.104 Nº 08 CL/NORTE
DESPACHO: EXIGENCIA

PROCESSO Nº : 051767/75
INTERESSADO: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO SQ.210 Bl. "E" HC/NORTE
DESPACHO: EXIGENCIA

PROCESSO Nº 068386/74
INTERESSADO: MEIRELLES CARVALHO BARTILOTTI S/A
ASSUNTO LETREIRO LUMINOSO Q.01 Nº 65 IA/SUL
DESPACHO: EXIGENCIA

PROCESSO Nº: 051390/75
INTERESSADO: BANCO NACIONAL DO NORTE S A
ASSUNTO: LETREIRO LUMINOSO Q.507 Bl. "B" Nº59 CR/SUL
DESPACHO: EXIGENCIA

PROCESSO Nº: 051391/75
INTERESSADO: GLOBEX UTILIDADES S/A
ASSUNTO: LETREIRO LUMINOSO Q.511 CR/SUL
DESPACHO: EXIGENCIA

PROCESSO Nº: 050968/75
INTERESSADO: EICA — CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO TRECHO 2 Nº 510 a 520 IA/SUL
DESPACHO : EXIGÊNCIA

PROCESSO Nº: 051630/75
INTERESSADO: LIMIRIO G. F. DE MELO
ASSUNTO : APROVAÇÃO DE PROJETO QI— 3/5 Nº 13 HI/SUL
DESPACHO : EXIGÊNCIA

PROCESSO Nº: 051458/75
INTERESSADO: MANOEL PEREIRA DE PAIVA
ASSUNTO : APROVAÇÃO DE PROJETO QI — 4/6 Nº 1 HI/SUL
DESPACHO : EXIGÊNCIA

PROCESSO Nº: 051454/75
INTERESSADO: EILIN MARIE ANTHONIJSZ
ASSUNTO : APROVAÇÃO DE PROJETO QI— 10/7 Nº 27 HI/SUL
DESPACHO : EXIGÊNCIA

PROCESSO Nº: 05/75
INTERESSADO: PAULO RENATO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
ASSUNTO : APROVAÇÃO DE PROJETO QL— 2/3 Nº 16 HI/SUL
DESPACHO : EXIGÊNCIA

PROCESSO Nº: 051499/75
INTERESSADO: ENAR LIMITADA
ASSUNTO : AUTENTICAÇÃO DE PLANTA Q— 104 Nº 4 CL/NORTE
DESPACHO : EXIGÊNCIA

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUCAO - DE 31 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 23.743/74 e anexo,

RESOLVE:

Designar o Advogado JOSE ROBERTO OLIVEIRA VINHAES, matrícula nº 42.673, Chefe do Serviço Jurídico; o Engº Agrº ROOSEVELT NADER, matrícula nº 06.915, Assessor Técnico; o Arq. PAULO DE PAIVA FONSECA, matrícula nº 51.648, o Engº GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS, matrícula nº 42 600. Presidente da CPLM-DA e o Técnico de Administração MAURICIO RODRIGUES BARBOSA, matrícula nº 27.582, Assessor Técnico substituto, LUIZ ANTONIO DE MOURA, matrícula nº 56.265, Engº EP-30 substituto, para sob a Presidência do primeiro, constituirem uma COMISSÃO incumbida de:

I - elaborar os instrumentos padrões, destinados à implantação na Companhia de um sistema racional de licitações para obras e serviço, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

II - elaborar normas para implantação no âmbito da Companhia do Registro Cadastral de Firmas Empreiteiras de Obras e Serviços, atendendo aos preceitos do Decreto nº 73.140 de 09 de novembro de 1973.

A Comissão de que trata esta Instrução deverá apresentar minuta de todo expediente necessário aos sitemas propostos., bem como o respectivo relatório conclusivo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da presente data.

Esta instrução entrará em vigor, na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de janeiro de 1975

Engº JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO - DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 00.372/75

RESOLVE:

I - Transferir da Seção de Apoio, da Divisão de Execução de Obras, da Diretoria de Edificações, para a Divisão de Aguas, Pluviais, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização, um (01) Emprego de Mestre de Obras, EP-11.

II - Lotar no referido Emprego, o servidor BENEDITO ANTUNES ROCHA, matrícula nº 00.999, Mestre de Obras, EP-11.

Brasília, 14 de fevereiro de 1975

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A T A da octogentésima octogésima oitava reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 888a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, - FRANCISCO FONTES HUPSEL, RENOR SANT'ANNA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO e ROBERTO QUEIROZ COBRA. Estiveram também presentes, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a falta devidamente justificada, o Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente, dando início ao exame dos assuntos constantes da pauta, concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, que relatou este processo: 01) - Nº 07.294/74 anexo ao 08.499/74, em que a firma BARSIL - CONSTRUÇOES E COMÉRCIO LTDA., solicita pagamento da importância de Cr$47.381,70 (quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e um cruzeiros e setenta centavos), relativo a serviços extras de pinturas, executados no Centro Esportivo Presidente Médici. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, por unanimidade, defere o pedido da firma BARSIL - CONSTRUÇOES E COMÉRCIO LTDA., determinando porém, *sejam resguardados os interesses da Companhia, nos termos do voto do* Relator." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA, que relatou o processo a seguir mencionado: 02) - Nº 27.234/74, relativo à TOMADA DE PREÇOS nº 098/74-CPL, realizada em 02 de janeiro de 1975, para execução de serviços de terraplenagem e pavimentação, para acesso ao Bloco "A" na SQN - 202, em Brasília, DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 098/74-CPL, contratando-se com a firma SERVENG-CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia, única licitante, que propôs executar pelo acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os preços da Tabela de Preços do De.U., de 17 de junho de 1974, os serviços de terraplenagem e pavimentação para acesso ao Bloco "A" na SQN 202. Ao contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$260.000,00 (duzentos e sessenta mil cruzeiros), podendo oscilar em 15% (quinze por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual, de acordo com o item 6.2 do Edital. O prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da expedição da Ordem de Serviço." A seguir, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou o seguinte processo: 03)- Nº 03.456/75, em que a DIRETORIA ADMINISTRATIVA apresenta *Edital de Bolsas de Estudo na UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL* UDF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, aprova a minuta de Edital elaborada pela Diretoria Administrativa, nos exatos termos em que está sendo apresentada." Ao final, o Senhor Presidente deu ciência ao Conselho, dos pedidos de dispensa de Membros Suplentes do Conselho de Administração, que lhe foram encaminhados, através de ofícios, pelos Senhores BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA e LUIZ GONZAGA THEODORO. O Conselho tomou conhecimento do assunto, encaminhando-o à consideração da Douta Assembléia Geral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA CELLES SEIFERT, Secretária substituta lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

FRANCISCO FONTES HUPSEL

RENOR SANT'ANNA

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

ROBERTO QUEIROZ COBRA

A T A da octogentésima octogésima nona reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário, - sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se extraordinariamente, a 889a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da NOVACAP e Membro Nato do Conselho de Administração, INÁCIO DE LIMA FERREIRA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, ROBERTO QUEIROZ COBRA e RENOR SANT'ANNA. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausente, *com a falta devidamente justificada, o Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL.* Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente, dando início ao exame dos processos constantes da pauta, concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, que relatou os seguintes processos: *01) - 04.136/75, em que a Diretoria Financeira* apresenta a 1a. reformulação do ORÇAMENTO SINTÉTICO DA NOVACAP para o exercício de 1975. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta dos autos, aprova a presente reformulação do ORÇA*MENTO SINTÉTICO DA COMPANHIA, nos exatos termos em que* está sendo apresentado pela Diretoria Financeira e de acordo com o que determina as normas orçamentárias vigentes." 02) - Nº 4.044/75, onde a Diretoria Financeira apresenta minuta de RESOLUÇÃO, relativa a faturamento contra oGoverno do Distrito Federal. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, aprova a minuta de RESOLUÇÃO, nos exatos termos em que está sendo apresentada pela Diretoria Financeira." 03) - Nº 32.316/73 e anexo, concernente à CONCORRÊNCIA nº 009/74-CA., para alienação de equipamentos. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo, homologa a Concorrência nº 009/74, na forma indicada pela Comissão de Alienação, devendo os lotes que não tiveram concorrentes serem objetos de futura alienação." A seguir, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA, que relatou os processos a seguir relacionados: 04) - Nº 3.707/75, referente ao Termo de Aditamento ao Convênio *firmado em* 27 de dezembro de 1973, entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção da Estação Rodoviária e do Centro Recreativo e Desportivo de Taguatinga. A decisão foi a seguinte: *"O Conselho, com o voto do Relator* e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Termo de Aditamento ao Convênio firmado em 27 de dezembro de 1973, entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção da Estação Rodoviária e do Contro Recreativo e Desportivo de Taguatinga, visando suplementar o seu valor em mais Cr$2.800.000,00 - (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros), na forma da minuta de fls. 04 e 05 do processo." 05) - Nº 3.870/75, relativo ao Termo de Renovação do Convênio firmado em 19 de março de 1973, entre o ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de duas marquises e de uma rampa de acesso da garagem para o pátio do Edifício Sede do EMFA, nesta Capital. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Termo de Renovação ao Convênio firmado em 19-03-73, entre o ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de duas marquizes e de uma rampa de acesso da garagem para o pátio do edifício sede do EMFA, nesta Capital, vi sando prorrogar o prazo de sua execução até 31-05-75, na forma da minuta de fls. 14 do processo." 06) - Nº 03.709/75, que trata do Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Sobradinho. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Sobradinho, dando-se ao mesmo o valor de Cr$2.142.000,00 (dois milhões, cento e quarenta e dois mil cruzeiros), com prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 7 a 10 do presente processo." Prosseguindo, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os seguintes processos: 07) - Nº 2.416/75, relativo ao Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a contratação pela NOVACAP, de diversos projetos de planejamento urbano. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a contratação pela NOVACAP, de diversos projetos de Planejamento Urbano, dando-se ao mesmo o valor de Cr$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) e prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 09 e 10 do processo." 08) - Nº 3.712/75, que trata do Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação no Setor Residencial Indústria e Abastecimento. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, *de obras de urbanização* e de conservação no Setor Residencial Indústria e Abastecimento, dando-se ao mesmo o valor de Cr$70.000,00 (setenta mil cruzeiros) e prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 04 a 07 do processo." 09) - Nº 03.711/75, concernente ao Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa do Gama. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa do Gama, dando-se ao mesmo o valor de Cr$3.740.000,00 (três milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros), e prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 06 a 09 do processo." Finalizando, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA, que relatou o seguinte processo: 10) - Nº 01.405/75, que trata da TOMADA DE PREÇOS nº 002/75-CPL, realizada em 07 de fevereiro de 1975, para execução de obras de urbanização na Praça do Cruzeiro, em Brasília, DF. A *decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do* Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 002/75-CPL, contratando-se com a firma IRFASA S/A - CONSTRUÇOES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, que dentre as 6 (seis) licitantes, propôs executar pelo preço global de Cr$1.096.048,31 (hum milhão, noventa e seis mil, quarenta e oito cruzeiros e trinta e um centavos), os serviços de urbanização da Praça do Cruzeiro, em Brasília, DF. Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$..... Cr$1.096.048,31, podendo oscilar em 10% (dez por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual, de acordo com o item 7.2 do Edital. O prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 60 (sessenta) dias, contado a partir da expedição da Ordem de Serviço." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, ROSEANA MACIEIRA DE ARAUJO COSTA, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES

INÁCIO DE LIMA FERREIRA

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

ROBERTO QUEIROZ COBRA

RENOR SANT'ANNA

A T A da octogentésima nonagésima reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 890a. reunião do Conselho de Administração, em carater extraordinário, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras, Engenheiro SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da NOVACAP e Membro Nato do Conselho de Administração, RENOR SANT'ANNA, ROBERTO QUEIROZ COBRA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO e INÁCIO DE LIMA FERREIRA. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a falta devidamente justificada, o Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente, dando início ao exame dos assuntos constantes da pauta, concedeu a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA que relatou os seguintes processos: 01) - Nº 03.706/75, relativo ao Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Taguatinga. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Taguatinga, dando-se ao mesmo o valor de Cr$4.944.174,40 (quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos), com prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 05 a 08 do processo." 02) - Nº 03.705/75, referente ao Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, dando-se ao mesmo o valor de Cr$686.000,00 (seiscentos e oitenta e seis mil cruzeiros), com prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 04 a 07 do processo." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA, que relatou os processos a seguir especificados: 03) - Nº 3.713/75, que trata do Termo de Aditamento ao Convênio firmado em 26-12-74, entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção da primeira etapa da FEIRA MODELO DO NÚCLEO BANDEIRANTE. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Termo de Aditamento ao Convênio firmado em 26-12-74, entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção da 1a. etapa da FEIRA MODELO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, visando suplementar o seu valor em mais Cr$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil cruzeiros) e prorrogar o prazo de sua execução até 20 de agosto de 1975, na forma da minuta de fls. 3 e 4 do processo." 04) - Nº 03.710/75, concernente ao Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Brazlândia. Decisão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Brazlândia, dando-se ao mesmo o valor de Cr$-686.000,00 (seiscentos e oitenta e seis mil cruzeiros), com prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 05 a 08 do processo." 05) - Nº 03.708/75, referente ao Termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa VI de Planaltina. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um Convênio, entre o DISTRITO FEDERAL e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de urbanização e de conservação na Região Administrativa de Planaltina, dando-se ao mesmo o valor de Cr$1.311.100,00 (hum milhão, trezentos e onze mil e cem cruzeiros) e prazo de execução até 31 de dezembro de 1975, na forma da minuta de fls. 6 a 9 do processo." Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou este processo: 06) - Nº 26.076/74, relativo ao Serviço extra nº 15 - compreendendo escavação, laje de cobertura, instalações elétricas e de águas pluviais do acesso ao prédio pela rua de serviço, no valor de Cr$379.399,12, a ser executado pela firma "ECEL" S/A. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando que este é realmente um serviço extra contratual; considerando que a firma aceitou os preços da NOVACAP; considerando que o órgão convenente por intermédio do seu representante tomou conhecimento e está de acordo; considerando estar o serviço em referência indiretamente ligado à estrutura e instalações do prédio; considerando que a intromissão de um terceiro na obra, poderia, além do problema ético, criar duplicidade de responsabilidade, criando, inclusive, situações que possam ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança da obra; considerando que este caso se enquadra na alínea "h" do art. 3º da Resolução nº 045/74-CA, RESOLVE: 1) - dispensar a licitação; 2) - adjudicar os serviços à Empreiteira - Escritório de Construções "ECEL" S/A, pelo preço global da NOVACAP, ou seja: Cr$379.399,12 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e doze centavos), mediante aditivo contratual específico, do qual conste as condições de pagamento constantes do documento de fls. 48 e verso; 3) - dispensar a elaboração do novo cronograma físico-financeiro com a inclusão destes serviços, mas incorporando este valor ao valor global da obra, sem alteração do prazo de sua conclusão que permanece 31-07-75." Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA, que relatou o seguinte processo: 07) - Nº 27.710/74, que cuida do EDITAL nº 002/75-CPL - Concorrência para construção total, sob o regime de empreitada por preço global, de 03 (três) prédios destinados aos FORUNS, situados respectivamente, na ligação das Ruas 2 e 7 em Sobradinho, Rua 10 no Setor Administrativo de Brazlândia e na Via WL2, em Planaltina, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com as restrições constantes do voto do Relator, no CAPÍTULO II - ENCARGOS DIVERSOS, item 2.2 do Edital nº 002/75-CPL, aprova-o, de acordo com a decisão da Diretoria." Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, que relatou este processo: 08) - Nº 03.695/75, concernente à TABELA DE PREÇOS para os serviços de recuperação de pistas. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando a justificativa do Departamento de Urbanização, aprova a TABELA DE PREÇOS para os serviços de recuperação de pistas, conforme processo nº 03.695/75." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, ROSEANA MACIEIRA DE ARAUJO COSTA, Secretária, lavrei a presente A T A, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZÍNIO DE ANDRADE GALVÃO

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

RENOR SANT'ANNA

ROBERTO QUEIROZ COBRA

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

INÁCIO DE LIMA FERREIRA

A T A DA MILÉSIMA VIGÉSIMA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se a 1.020a. reunião da Diretoria da Companhia, sob a Presidência do Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Empresa, com a presença dos Senhores Diretores MAURO DE ALENCAR FECURY, ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, EMMANUEL PEDROSA FILHO e JOÃO MANCINI. Estiveram também presentes a reunião, o Senhor Consultor Jurídico da Superintendência Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Dando início a reunião, foram relatados pelo Senhor Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, os seguintes processos: 01) Processo nº 02.993/75 - Termo de Aditamento ao convênio firmado em 18.12.74, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA.-DECISÃO: A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a efetivação de um termo de aditamento ao convênio firmado em 18.12.74, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA, visando suplementar o seu valor em mais cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), na forma da minuta de fls. 2 e 3, ouvido o Egrégio Conselho de Administração".-02) Processo nº 03.059/75 - Convênio a ser firmado entre o Distrito Federal e esta Companhia, regulando a administração pela NOVACAP, dos serviços de recuperação do Cine Brasília.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, autoriza a efetivação de um convênio entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, dos serviços de recuperação do Cine Brasília, dando-se ao mesmo o valor de cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) e prazo de execução de 12 meses, na forma da minuta de fls. 2 e 3, ouvido o Egrégio Conselho de Administração". 03) Processo nº 03.060/75 - Convênio a ser firmado entre o Distrito Federal e esta Companhia, regulando a administração pela NOVACAP, do prosseguimento das obras de construção do Teatro Nacional de Brasília.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a efetivação de um convênio entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, do prosseguimento das obras de construção do Teatro Nacional de Brasília, dando-se ao mesmo o valor de cr$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros) e prazo de execução de 24 meses, na forma da minuta de fls. 2 a 4, ouvido o Egrégio Conselho de Administração".-04) Processo nº 02.879/75 - Termo de aditamento ao convênio firmado em 04.07.72, entre o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e esta Companhia, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do edifício sede do Tribunal de Contas da União, nesta Capital.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a efetivação de um termo de aditamento ao convênio firmado em 04.07.72, entre o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do edifício sede do Tribunal de Contas da União, nesta Capital, visando suplementar o seu valor em mais cr$..... cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), na forma da minuta de fls. 14 e 15, ouvido o Egrégio Conselho de Administração".-05) Processo nº 02.826/75 - Termo de aditamento ao convênio firmado em 05 de março de 1970, entre a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a prestação de serviços pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a efetivação de um termo de aditamento ao convênio firmado em 05 de março de 1970, entre a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a prestação de serviços pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, visando prorrogar o prazo de vigência do convênio por mais dois anos, na forma da minu e fls. 34, ouvido o Egrégio Conselho de Administração".-Processo relatado pelo Senhor Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY.- 06) Processo nº 31.069/74 (P-75) Aditivo ao Contrato nº 535/74, para execução de serviços de escavação manual e fornecimento de mão-de-obra para serviços de água pluviais, em Brasília - DF.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e, considerando o disposto na letra "h", art. 3º da Resolução nº 045/74-CA; considerando que serão mantidos os preços unitários do Contrato que mantinha com essa Companhia desde 15.05.74; considerando que no momento a Companhia não dispõe de nenhum outro Con

trato para execução desse tipo de serviço e considerando , ainda, o período chuvoso, a urgência dos serviços que se houver solução de continuidade acarretará sérios prejuízos à cidade; AUTORIZA contratar a firma COCISAN - Agro Comercial Construção Civil e Sanitária Ltda, no valor de cr$... cr$ 150.000,00 (cento e cincoenta mil cruzeiros), para a execução de serviço de escavação manual e fornecimento de mão-de-obra para serviço de água pluviais, em áreas de Brasília - DF".- Processos relatados pelo Senhor Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ.- 07) Processo nº 03.455/75 - Diretoria Administrativa, apresenta Edital de Bolsa de Estudo no Colégio Santa Rosa.-DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha o assunto à consideração do Egrégio Conselho de Administração opinando pela aprovação da Minuta de Edital elaborada pela Diretoria Administrativa, nos exatos termos em que está sendo apresentada".-08) Processo nº 00.622/75 - Divisão de Documentação e Comunicações, solicita aquisição de 100 rolos de papel Heliográficos Lemac de 0,50 x 30m e outros.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 023/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 04 com a firma MEIRA - MATERIAIS DE ENGENHARIA E INSTRUMENTOS, REPRODUÇÕES E AMPLIAÇÕES S/A., pelo valor global de cr$..... cr$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 17 do presente processo".-09) Processo nº 30.526/74 - Ressarcimento por danos causados em decorrência de Acidente de Tráfego.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, RESOLVE: a) autorizar o pagamento ao senhor ATALIBA BARBOSA DE OLIVEIRA, da importância de cr$..... cr$ 5.075,30 (cinco mil, setenta e cinco cruzeiros e trinta centavos), referente ao Laudo Pericial e aos danos causados no veículo de sua propriedade, marca Volkswagen, tipo Kombi, ano de fabricação 1961, placa DF- AB-5348, pela máquina, Trator CBT, 1090-A nº 63.273, prefixo P.1404 de nossa propriedade, conduzida na ocasião pelo servidor JOSÉ LOPES DA SILVA, operador de Máquinas Média, Matrícula 54.374, conforme consta do processo nº 30.526/74. b) autorizar o desconto em folha de pagamento do servidor JOSÉ LOPES DA SILVA Operador de Máquinas Média, Matrícula 54.374, da importância de cr$ 5.275,30 (cinco mil, duzentos e setenta e cinco cruzeiros e trinta centavos), sendo cr$ 5.075,30 (cinco mil, setenta e cinco cruzeiros e trinta centavos) referente aos prejuizos do Sr. Ataliba Barbosa de Oliveira, e cr$.... cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) referente a recuperação do Trator CBT, 1090-A nº 63.273 prefixo P. 1404 de propriedade da NOVACAP, conforme consta o processo nº 30.526/74".- 10) Processo nº 01.433/75 - Divisão do Material de Consumo, solicita aquisição de 20 Mo. papel ofício alto relevo "Gabinete da Superintendência, em papel WESTERPOST de 72 gramas , e outros.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 032/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma GRÁFICA VICENTE pelo valor global de cr$ 32.959,00 (trinta e dois mil novecentos e cinquenta e nove cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 11 do presente processo".-11) Processo nº 02.461/75 Divisão de Manutenção, solicita aquisição de 24 discos recortados de 26" para grade ROME e outros.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 047/ 75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma BRASÍLIA TRATORES E EQUIPAMENTOS - LTDA pelo valor global de cr$ 16.704,00 (dezesseis mil, setecentos e quatro cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 11 do presente processo".-12) Processo nº 00.865/75 - Divisão do Material de Consumo, solicita aquisição de 500 Gz. Lã de aço marca BOMBRIL e outros.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 017/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma BRASIL LIMPEZA - COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA., pelo valor global de cr$ 20.095,00 (vinte mil, noventa e cinco cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 11 do presente processo".-13) Processo nº 02.103/75 - Divisão do Material de Consumo, solicita aquisição de Guarda Pós e Macações.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 034/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com a firma ROUPAS AB S/A , pelo valor global de cr$ 5.121,48 (cinco mil, cento e vinte e um cruzeiros e quarenta e oito centavos) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 11 do presente processo".-14) Processo nº 02.317/75 - Divisão do Material de Consumo, solicita aquisição de 40 Tu. de cola p/PVC marca Tigre e outros.- DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 039/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas ELÉTRICA MERCURIO LTDA., MADEIREIRA UNIÃO LTDA., CASA PLANÊTA DE BRASÍLIA S/A, e CASA DAS FERRAMENTAS LTDA., pelo valor global de cr$ 8.279,00 (oito mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 11, 12, 13 e 14 do presente processo".- 15) Processo nº 02.106/75 - Divisão de Manutenção, solicita aquisição de 12 canos eletrodutos de 2.1/2" e outros.- DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 037/75 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas ELETROMINAS MATERIAL ELÉTRICO LTDA E ELÉTRICA MERCÚRIO LTDA., pelo valor global de cr$ 7.643,40 (sete mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros e quarenta centavos) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls . *14 e 15 do presente processo*".-*16) Processo nº 03.529/75* CONFEDERAL S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA - Serviço de Vigilância na obra do Espaço Cultural.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a contratação da firma CONFEDERAL S/A - COMÉRCIO E INDÚSTRIA, para a prestação de serviços de vigilância, nas obras do Espaço Cultural, durante o período compreendido entre 06.02.75 a 31.08.75, pelo valor mensal de cr$ 27.720,00 (vinte e sete mil, setecentos e vinte cruzeiros), totalizando a importância de cr$..... cr$ 166.320,00 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e vinte cruzeiros)".-17) Processo nº 28.674/74 e anexos - A CONSTRUTIVA S/A, solicita pagamento referente a venda de cimento à NOVACAP.-DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo nº 28.674/74 e anexos, RESOLVE: a) Autorizar a Diretoria Financeira a proceder a liquidação dos faturamentos apresentados pela firma "A CONSTRUTIVA" Materiais p/Construções em Geral, no valor global de cr$ 54.482,65 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois cruzeiros e sessenta e cinco centavos) na forma demonstrada pela Diretoria Administrativa em seu parecer de fls. 253/254; b) cancelar a aquisição dos 425 (quatrocentos e vinte e cinco) sacos de cimento restantes , ainda não entregues pela mencionada firma, já que através do processo nº 26.195/74, os Órgãos Colegiados desta Empresa aprovaram a aquisição do citado produto, junto à firma CIMENTO TOCANTINS S/A".-Processos relatados pelo Senhor Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO.- 18) Processo nº 03.057/75 SENAP - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - reforma e acréscimo no Ed. Sede do Ministério da Saúde.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, a fim de permitir a correção do valor do contrato nº 109/75, assinado em 04.02.75, com a firma SENAP - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, para reforma e acréscimo do Edifício Sede do Ministério da Saúde, passando o referido valor a ser de cr$ 5.832.456,50 (cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos), OPINA: 1) Pela re-ratificação das decisões da Diretoria Colegiada, prolatadas em suas 1016a. e 1017a. sessões realizadas, respectivamente, em 24 e 28.01.75; 2) Pelo encaminhamento do processo ao egrégio Conselho de Administração, solicitando sejam re-ratificadas as decisões prolatadas em suas 882a. e 883a. sessões, realizadas, respectivamente, em 24 e 28.01.75, e pertinentes à homologação da Tomada de Preços nº 079/74 CPL, e à contratação de que trata o retrocitado contrato".-19) Processo nº 31.330/74 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Dispensa de licitação e aprovação de proposta para execução de serviços extras contratuais - Bueiros no Pâteo Ferroviário.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, considerando: 1) a urgência solicitada pelo Representante do DNEF, justificada por motivo de segurança da obra; 2) que a firma ora proposta é empreiteira da obra da Estação Ferroviária e se encontra no canteiro da aludida obra; 3) o parágrafo sexto da cláusula segunda do contrato Nº D 322/72, o parecer técnico da DT/DE, nos termos da letra "h" art. 3º da Resolução nº 045/74-CA, encaminha o presente processo ao Egrégio Conselho de Administração, OPINANDO pela dispensa de licitação, adjudicando-se à firma SOARES LEONE S/A, a execução de bueiros no Pâteo Ferroviário, pelo valor orçado pela DT/DE, de cr$ 168.323,19 (cento e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e três cruzeiros e dezenove centavos) e prazo de execução de 90 dias. Deverá ser dispensada a assinatura de *instrumento contratual* e emitida Nota de Empenho, na qual além das condições acima, deverá ser previsto o pagamento em uma única parcela após a conclusão dos serviços".-20) Processo nº 02.865/75 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 010/75-CELO, para aquisição de 8.000 kg de Aço CA 50 A de 1/2", destinado ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator , em conformidade com a Resolução nº 060/74-CA, homologa o convite nº 010/75-CELO, aprovando a proposta da firma DOVA S/A - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, para o fornecimento de 8.000 Kg de Aço CA 50 A 1/2", destinado ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, pelo valor total de cr$..... cr$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos cruzeiros), com entrega imediata cujo não cumprimento implicará em multa de acordo com as normas vigentes na NOVACAP. Emita-se Nota de Empenho".-21) Processo nº 00.863/75 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 024/75-CPLM, para aquisição de 03 (três) lavatórios de coluna, ipanema DECA, sendo 01 (um) de côr ouro velho e 02 (dois) de côr caramelo, destinados a obra Reforma da Residência do Ministro do Trabalho.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com a Resolução nº 060/74-CA, homologa o convite nº 024/75-CPLM, aprovando a proposta da firma MARCOVAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, para o fornecimento de 03 (três) lavatórios de coluna, ipanema DECA, sendo 01 (um) na côr ouro velho e 02 (dois) na côr caramelo, destinados a obra Reforma da Residência do Ministro do Trabalho, pelo valor total de cr$ 920,91 (novecentos e vinte cruzeiros e noventa e um centavos), com entrega imediata, cujo não cumprimento implicará em multa de acordo com as normas vigentes na NOVACAP. Emita-se Nota de Empenho".-22) Processo nº 02.868/75 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 003/75-CELO, para aquisição de ferramentas elétricas, destinados ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com a Resolução nº 060/74-CA, homologa o convite nº 003/75-CELO, aprovando as propostas das firmas declaradas vencedoras, para o fornecimento de ferramentas elétricas, conforme especificações no PA. 008/75, destinadas ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal pelo valor total de cr$ 6.080,00 (seis mil e oitenta cruzeiros), conforme distribuição abaixo: J.J. SABRIÁ LTDA - Item 03 - cr$ 950,00 - CASA PLANETA DE BRASÍLIA S/A -Itens 01 e 02 - cr$ 5.130,00. Os prazos serão de entrega imediata, cujo não cumprimento implicará em multa de acordo com as normas vigentes na NOVACAP. Emita-se Notas de Empenho nos valores correspondentes a cada uma das firmas".-23) Processo nº 02.867/75 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 011/75-CELO, para aquisição de ELETRODOS, destinados ao Edifício Sede do Departamento de Polícia federal.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com a Resolução nº 060/74-CA, homologa o Convite nº 011/75-CELO, aprovando a proposta da firma J.J. Sabriá Ltda, para o fornecimento de ELETRODOS, conforme especificações no PA. nº 011/75 (fls. 03), no total de 1.100 Kg, destinados ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, pelo valor total de cr$ 9.015,00 (nove mil e quinze cruzeiros) com entrega imediata, cujo não cumprimento implicará em multa de acordo com as normas vigentes da NOVACAP. Emita-se Nota de Empenho".-24) Processo nº 26.076/74 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - ESCRITÓRIO DE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA "ECEL" - S/A - Serviço extra nº 15 compreendendo a escavação, lage de cobertura, instalações elétricas e de águas pluviais do acesso ao prédio pela rua de serviço no valor de cr$... cr$ 379.399,12.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, considerando que este é realmente um serviço extra

contratual; considerando que a firma aceitou os preços da NOVACAP; considerando que o órgão convenente por intermédio do seu representante tomou conhecimento e está de acordo; considerando estar este serviço indiretamente, ligado a estrutura e instalações do prédio; considerando que a intromissão de um terceiro na obra poderia além do problema ético criar duplicidade de responsabilidade criando inclusive situações que possa ocasionar prejuizos ou comprometer a segurança da obra; considerando que este caso se enquadra na alínea "h" do art. 3º da Resolução nº 045/74-CA, encaminha o presente processo ao Egrégio Conselho de Administração, OPINANDO: 1) seja dispensada a licitação 2) sejam adjudicados os serviços a Empreiteira - Escritório de Construções e Engenharia "ECEL" S/A, pelos preços global da NOVACAP ou seja de cr$ 379.399,12 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e doze centavos), mediante aditivo contratual específico do qual conste as condições de pagamento sugeridas pela Empreiteira às fls. 48/v.; 3) seja dispensada a elaboração do novo cronograma físico-financeiro com a inclusão destes serviços, mas incorporando este valor ao valor global da Obra. Sem alteração do prazo da conclusão da obra que permanece 31.07.75".-25) Processo nº 20.203/73 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 094/74-CPL, para execução, sob o regime de empreitada por preço global, de impermeabilização de juntas de dilatação, cortinas, laje de cobertura e serviços correlatos, no Mastro da Bandeira, em Brasília DF.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº 094/74-CPL, contratando-se com a firma ISOTERMA - IMPERMEABILIZAÇÕES E REVESTIMENTOS TÉCNICOS LTDA, a execução, sob o regime de empreitada por preço global, de impermeabilização de juntas de dilatação, cortinas, laje de cobertura e serviços correlatos, no Mastro da Bandeira, em Brasília - DF, pelo valor global de cr$ 30.440,00 (trinta mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros) e prazo de execução de 30 (trinta) dias, contado da data de assinatura da carta contrato".-26) Processo nº 829/75 e anexos 16.716/74 e 11.109/74 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - CONSTRUTORA LOYO S/A Prorrogação de prazo para conclusão da obra da Piscina Olímpica.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, considerando ser esta uma obra por administração contratada e portanto, programada de acordo com as disponibilidades financeiras a disposição da NOVACAP; considerando que estes recursos ainda não tem data prefixada para sua entrega a NOVACAP; considerando que desde o contrato original e seus dois aditivos ela está totalmente contratada; considerando que prazos limitados só tem causado processos de ordem burocráticas em demasia, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração OPINANDO: 1) que seja prorrogado o prazo de contrato para a conclusão da obra até 31.12.75, podendo o mesmo ser reduzido pela última ordem de serviço desde que a NOVACAP, tenha disponibilidade total dos recursos necessários; 2) que seja autorizada nos termos do aditivo B- 502/74 a Diretoria de Edificações ir emitindo ordem de serviços para cada uma das 4 etapas ou sub item destas etapas a medida que forem colocados os recursos a disposição da NOVACAP; 3) que seja o valor estimado do contrato desde já alterado para cr$.. cr$ 10.413.000,00 (dez milhões, quatrocentos e treze mil cruzeiros), podendo variar segundo a programação geral a ser ultimada pela Diretoria de Edificações face o novo orçamento atualizado; 4) que esta nova programação referida no item supra seja apresentada a Superintendência no prazo de 60 dias, para que sejam providenciados os suplementos de recursos necessários".-27) Processo nº 02.866/75 - DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES - Convite nº 009/75-CELO, para aquisição de 3.000 Kg de pregos 19 x 36 com cabeça, destinados ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator, em conformidade com a Resolução nº 060/74-CA, homologa o convite nº 009/75-CELO, aprovando a proposta da firma DOVA S/A - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, para o fornecimento de 3.000 Kg de pregos de 19 x 36 com cabeça, destinados ao Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, pelo valor total de cr$ 17.160,00 (dezessete mil, cento e sessenta cruzeiros), com entrega imediata cuio não cumprimento implicará em multa de acordo com as normas vigentes na NOVACAP. Emita-se Nota de Empenho".- Processos relatados pelo Senhor Diretor JOÃO MANCINI: 28) Processo nº 02.757/75 - Reformulação do Orçamento Analítico da NOVACAP para o exercício de 1974.-DECISÃO: "A Diretoria,com o voto do Relator, referenda o ato do Senhor Diretor Financeiro, que de acordo com o Orçamento Sintético já aprovado, autorizou a reformulação do Orçamento Analítico da NOVACAP para o exercício de 1974".-29) Processo nº 10.157/74 - Estorno de débito feito à Cia. de Eletricidade de Brasília - CEB.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do relator e considerando o que consta dos autos, AUTORIZA o estorno do débito à CEB, no valor de cr$ 8.130,00 relativo a venda à mesma de 69 áreas de terreno para construção de Subestações abaixadoras de voltagem do Plano Piloto, por serem as mesmas pertencentes ao domínio público por força de lei. Ouça-se o Egrégio Conselho de Administração".-30) Processo nº 30.260/74 - JOSÉ WASHINGTON CARVALHO DE NOVAES - encaminha prestação de contas no valor de cr$ 8.269,50 (oito mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros e cincoenta centavos). - DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por JOSÉ WASHINGTON CARVALHO DE NOVAES,relativa a despesas realizadas com aquisição de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 24.090/73, no valor de cr$ 8.269,50 (oito mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros e cincoenta centavos)".-31)Processo nº 02.360/75 - Aquisição de 500 (quinhentos) blocos de "GUIA DE RECOLHIMENTO" para a Divisão de Operações Financeiras da Diretoria Financeira.-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta dos autos, aprova a proposta apresentada pela firma GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA., para confecção para a NOVACAP de 500 (quinhentos) blocos de "GUIA DE RECOLHIMENTO", pelo preço global de cr$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos cruzeiros) 32) Processo nº 20.706/74 - PEDRO LICIO GOMIDE - encaminha prestação de contas no valor de cr$ 11.473,88 (onze mil, quatrocentos e setenta e três cruzeiros e oitenta e oito centavos).-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por PEDRO LICIO GOMIDE, relativa a despesas realizadas com aquisição de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 04.090/74, no valor de cr$ 11.473,88 (onze mil, quatrocentos e setenta e três cruzeiros e oitenta e oito centavos)".-33) Processo nº 31.457/74 - RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA - encaminha prestação de contas no valor de cr$ 1.312,70 (hum mil, trezentos e doze cruzeiros e setenta centavos).-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA, relativa a despesas realizadas com aquisição de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 05.113/74, no valor de cr$ 1.312,70 (hum mil, trezentos e doze cruzeiros e setenta centavos)".-34) Processo nº 31.459/74 - RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA - encaminha prestação de contas no valor de cr$ 16.173,65 (dezesseis mil, cento e setenta e três cruzeiros e sessenta e cinco centavos).- DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA, relativa a despesas realizadas com aquisição de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 05.113/74, no valor de cr$ 16.173,65 (dezesseis mil, cento e setenta e três cruzeiros e sessenta e cinco centavos)".-35) Processo nº 30.433/74 - AUSTEN FERNANDO GONÇALVES BRANCO - encaminha prestação de contas no valor de cr$ 14.287,20 (quatorze mil, duzentos e oitenta e sete cruzeiros e vinte centavos).-DECISÃO: "A Diretoria , com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por AUSTEN FERNANDO GONÇALVES BRANCO, relativa a despesas realizadas com aquisição de materiais por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 11.415/74, no valor de cr$ 14.287,20 (quatorze mil, duzentos e oitenta e sete cruzeiros e vinte centavos)".-Processos relatados pelo Senhor Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY.- 36) Processo nº 02.522/75 - (P-77) - Encaminha apropriação para cobrança dos serviços realizados pelo Departamento de Parques e Jardins, no Presídio da Papuda, no valor de cr$..... cr$ 30.612,42 (trinta mil, seiscentos e doze cruzeiros e quarenta e dois centavos).-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, ENCAMINHA o processo à Diretoria Financeira. solicitando que sejam faturados e cobrados os serviços executados pelo Departamento de Parques e Jardins, no Presídio da Papuda, no valor de cr$ 30.612,42 (trinta mil, seiscentos e doze cruzeiros e quarenta e dois centavos)".-37) Processo nº 31.229/74 (P-086/75) - Convite nº 031/75 - CPLM, realizado em 31 de janeiro de 1975, para aquisição de 01 (uma) Bandeira do Brasil e 01 (uma) Bandeira do DF (tamanho oficial), destinadas ao Edifício Sede do DPJ.- DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, HOMOLOGA o Convite nº 031/75-CPLM, autorizam a aquisição de 01 (uma) Bandeira do Brasil e 01 (uma) Bandeira do DF, (tamanho oficial) no valor global de cr$ 398,00 (trezentos e noventa e oito cruzeiros), à Firma OCM - Organização Carvalho de Moraes, que dentre as 03 (três) participantes, propôs o menor preço. A entrega do material deverá ser feita no prazo de 10 a 30 (dez a trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada".-38)Processo nº 02.624/75 - (P-84) Encaminha apropriação para cobrança dos serviços realizados pelo Departamento de Parques e Jardins, na Escola Nacional de Informações - SNI, no período de 30.10 a 20.11.74, no valor de cr$ 7.702,90 (sete mil setecentos e dois cruzeiros e noventa centavos).-DECISÃO : "A Diretoria, com o voto do Relator, ENCAMINHA o processo à Diretoria Financeira, solicitando que sejam faturados e cobrados os serviços executados pelo Departamento de Parques e Jardins, na Escola Nacional de Informações - SNI,no valor de cr$ 7.702,90 (sete mil, setecentos e dois cruzeiros e noventa centavos)".-39) Processo nº 02.399/75 (P-73) Encaminha apropriação para cobrança dos serviços realizados pelo Departamento de Parques e Jardins, na Estrada Parque Taguatinga, no período de 01.11 a 23.12.74, no valor de cr$ 39.084,39 (trinta e nove mil, oitenta e quatro cruzeiros e trinta e nove centavos).-DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, ENCAMINHA o processo à Diretoria Financeira, solicitando que sejam faturados e cobrados os serviços executados pelo Departamento de Parques e Jardins, na Estrada Parque Taguatinga, no valor de cr$..... cr$ 39.084,39 (trinta e nove mil, oitenta e quatro cruzeiros e trinta e nove centavos)".-40) Processo nº 02.666/75 (P-85) - Encaminha apropriação para cobrança dos serviços realizados pelo Departamento de Parques e Jardins, na BR-020 - Estrada de Sobradinho, no valor de cr$..... cr$ 11.129,41 (onze mil, cento e vinte e nove cruzeiros e quarenta e um centavos).-DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator,ENCAMINHA o processo à Diretoria Financeira, solicitando que sejam faturados e cobrados os serviços executados pelo DPJ, na BR-020-Estrada de Sobradinho, no valor de cr$ 11.129,41 (onze mil,cento e vinte e nove cruzeiros e quarenta e um centavos)".-41)Processo nº 30 .529/74 - (P-76)Aquisição de adubos e corretivos para obras do Viaduto de Ligação do Setor Bancário Sul com o Setor Comercial Sul.-DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator e,considerando o disposto na letra "G" do parágrafo 1º do artigo 3º da Resolução nº 045/74-CA,AUTORIZA,a dispensa da licitação e a aquisição de 3.000Kg de calcário e 800Kg de adubo químico, formulação 5-15-10,no valor de cr$ 3.060,00 (três mil e sessenta cruzeiros)ao SERMA-Serviço Especial de Revenda de Material Agro-pecuário,da Secretaria de Agricultura e Produção". 42)Processo nº 2.665/75-(P-89)Encaminha apropriação para cobrança dos serviços realizados pelo DPJ,na Avenida W/3 Norte (Canteiro Central),no período de 9.12.74 a 7.1.75,no valor de cr$ 10.653,39(dez mil,seiscentos e cincoenta e três cruzeiros e trinta e nove centavos).-DECISÃO:"A Diretoria,com o voto do Relator,ENCAMINHA o processo à Diretoria Financeira, solicitando que sejam faturados e cobrados os serviços executados pelo DPJ,na Av.W/3-Norte-(Canteiro Central),no valor de cr$ 10.653,39(dez mil,seiscentos e cincoenta e três cruzeiros e trinta e nove centavos)".-43)Processo nº 02.087/75 (P-095/75)Convite nº 044/75-CPLM,realizado em 13.2.75, para aquisição de material de desenho,conforme RM nº 013/75-DPJ , destinados ao DPJ.-DECISÃO:"A Diretoria,com o voto do Relator,HOMOLOGA o Conv. nº 44/75-CPLM,para a aquisição de material de desenho conforme RM/nº13/75-DPJ,no valor de cr$..... cr$ 310,00(trezentos e dez cruzeiros),à Firma Papelaria Rio Imp. Com. e Indústria Ltda que,dentre as 3 (três)participantes,propôs o menor preço.A entrega do material deverá ser feita no prazo de 30 dias,contado do recebimento da NE pela firma interessada".-Nada mais havendo a tratar,o Senhor Presidente encerrou a reunião,da qual,para constar, eu ROSEANA MACIEIRA DE ARAÚJO COSTA,Secretária,lavrei a presente ATA, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. MAURO DE ALENCAR FECURY

ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ EMMANUEL PEDROSA FILHO

JOÃO MANCINI

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 50 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº. 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 00355/75 — DER — DF,

RESOLVE:

Designar MANUEL DAMASCENO DA SILVA, Operador de Máquinas Pesadas, nível EP—08, matrícula nº. 92.202, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER—DF, para substituir o Chefe do Setor de Conservação do 3º. Distrito Rodoviário, durante o período de suas férias regulamentares, a partir de 03 de março de 1975.

Brasília, DF, 24 de fevereiro de 1975

Engº. NID DUTRA D'AMORIM
Diretor Geral do DER—DF

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº. 51 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº. 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº. 00348/75-DER-DF

RESOLVE:

Rescindir o contrato de trabalho com o empregado JACOB PEREIRA DOS REIS, Operador de Máquinas Pesadas, nível EP—08, matrícula nº. 92.195, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 21 de fevereiro de 1975.

Brasília, DF, 24 de fevereiro de 1975

Engº. NID DUTRA D'AMORIM
Diretor Geral do DER—DF

SERVIÇO DO PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1975

O CHEFE DO SERVIÇO DO PESSOAL, da Divisão de Administração, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, no uso das suas atribuições legais e atendendo pedido de parte interessada,

RESOLVE:

Expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a MARIA DE LOURDES SARMENTO CHAGAS, Auxiliar Técnico de Administração, nível EP—11, matrícula nº. 90.426, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER—DF, pela qual passa a assinar-se MARIA DE LOURDES SARMENTO VASCONCELOS, por ter contraído matrimônio.

Brasília, DF, 24 de fevereiro de 1975.

RAIMUNDO BARBOSA DA COSTA
Chefe do Serviço do Pessoal - da - DER—DF.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 60 DE 11 DE MARÇO DE 1975

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965,

RESOLVE:

Dispensar MIGUEL FARAH, Engenheiro, nível EP 30, matrícula nº 91.412, do Emprego em Comissão, Símbolo EC 01, de Chefe do 2º Distrito Rodoviário e ao mesmo tempo, designá-lo, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-01 de Chefe do 1º Distrito Rodoviário, parte X, da Tabela de Empregos em Comissão-TEC, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER-DF.

Brasília, DF, 11 de março de 1975
Engº NID DUTRA D'AMORIM
Diretor Geral do DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 61 DE 11 DE MARÇO DE 1975

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965

RESOLVE:

Dispensar GENESIO ANACLETO TOLENTINO, Engenheiro, nível EP-30, matrícula nº 90.860, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-01, de Chefe do 3º Distrito Rodoviário e ao mesmo tempo designá-lo, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-01, de Chefe do 2º Distrito Rodoviário, parte XI, da Tabela de Empregos em Comissão- TEC ; do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER-DF.

Brasília-DF, 11 de março de 1975.
Engº NID DUTRA D'AMORIM
Diretor Geral do DER-DF.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 62 DE 11 DE MARÇO DE 1975

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965.

RESOLVE:

Dispensar JOCIRES MACIEL PIRES, Engenheiro, nível EP-30, matrícula nº 90.505, do Emprego em Comissão Símbolo EC-01, de Diretor da ivisão de Equipamentos Mecânicos e Produção Industrial e ao mesmo tempo, designá-lo, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-01, de Chefe do 3º Distrito Rodoviário, parte XII, da Tabela de Empregos em Comissão-TEC, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER-DF.

Basília, DF, 11 de março de 1975.
Engº NID DUTRA D'AMORIM
Diretor Geral do DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 63 DE 11 DE MARÇO DE 1975

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965,

RESOLVE:

Dispensar JOÃO CARLOS RIBEIRO DE PAULA PINTO, Engenheiro, nível EP-30, matrícula nº 90 840, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-01 de Chefe do 1º Distrito Rodoviário e ao mesmo tempo, designá-lo, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-01, de Diretor da Divisão de Equipamento Mecânico e Produção Industrial, parte IV, da Tabela de Empregos em Comissão-TEC, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal- DER-DF.

Basília-DF, 11 de março de 1975.
Engº NID DUTRA D'AMORIM
Diretor Geral do DER-DF

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE INICIAL — Artigos 123, 97 e 98, Lei 1.711/52:

MATRICULA: 1.402
SERVIDOR: JOEL DE OLIVEIRA BARROS
PERIODO: 04.02.75 a 18.02.75
ATESTADO MÉDICO: 368/75-SM

Brasília, 21 de fevereiro de 1975

RAIMUNDO BARBOSA DA COSTA
Chefe do Serviço do Pessoal
D.E.R. - D.F.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ATA DA DUCENTÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA — CAESB.

Aos dezessete dias do mês, de fevereiro de mil novencentos e cinco, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA — CAESB, realizou-se a 238ª. sessão da Diretoria, sob a Presidência do Engenheiro FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA, e com a presença dos senhores Diretores ERNESTO CHALRÉO CORRÊA, SYLVIO MENDES CAMPOS e MANOEL OVIDIO FILHO. Lida e aprovada a ta da sessão anterior, foram apreciados os seguintes processos em pauta: 1º.) Processo nº. 00610 75, que trata da PRESTAÇÃO DE CONTAS da Divisão de Manutenção e Transportes, relativa às despesas efetuadas através do Fundo Rotativo. DECISÃO: "A diretoria, com o voto do Relator e considerando o parecer da Divisão de Contabilidade a fls. 34, do processo nº. 00610/75, APROVA a Prestação de Contas da Divisão de Manutenção e Transportes no valor de Cr$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), correspondente aos pagamentos efetuados através do Fundo Rotativo confiado àquela Divisão, determinando ao órgão competente que forneça aos responsáveis o documento de quitação respectivo". 2º.) Processo nº. 00665 75, que trata da PRESTAÇÃO DE CONTAS do 2º. Distrito da CAESB, relativa às despesas efetuadas através do Fundo Rotativo. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e considerando o parecer da Divisão de Contabilidade às fls. 20 do processo em referência, APROVA a Prestação de Contas do 2º. Distrito da CEASB (Sobradinho), no valor de Cr$ 607,72 (seiscentos e sete cruzeiros e setenta e dois centavos), correspondente aos pagamentos efetuados através do Fundo Rotativo confiado àquele Distrito, determinando ao órgão competente que forneça aos responsáveis o documento de quitação respectivo". 3º.) Processo nº. 00875 75, em que o Serviço de Material solicita dispensa de licitação para aquisição de combustível à PETROBRÁS — DISTRIBUIDORA S/A. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo e com base no capítulo 1º., artigo 3º., letra "g", das "Normas para Licitações na CAESB", AUTORIZA a dispensa de licitação e consequente emissão de Nota de Empenho, no valor de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) a favor da PETROBRÁS- DISTRIBUIDORA S/A, para fornecimento de combustível, devendo a entrega ser efetuada e paga parcelamente." 4º. Processo nº. 00788 75, em que a EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S.A., solicita substituição por fiança bancária da retenção de 5% para reforço das coução relativas aos Contratos nº.s 0629 e 0630. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista as disposições legais que regem a matéria e considerando que os Contratos nº.s 0629 e 0630, firmados com a EMPRESA BRASILEIRA DE SOLDA ELÉTRICA S.A permitem a fiança bancária no caso da caução inicial, OPINA, ouvido o Egrégio Conselho de Administração, pela extensão da mesma modalidade ao reforço da referida coaução, devendo a fiança bancária ser prestada por entidade financeira, segundo as normas expedidos a propósito pelos órgãos competentes, e constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 1.419 do Código Civil:" 5º.) Processo nº. 00918 75, em que a Divisão de Contabilidade solicita aquisição, através de Locação ou "Leasing", de uma Máquina Eletrônica de Contabilidade. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e considerando a situação atual da Divisão de Contabilidade, a necessidade do aprimoramento dos serviços e a existência de recursos orçamentários, AUTORIZA a aprovação das seguintes proposições: a) que a Comissão de Licitação providencie, com relativa urgência, a locação ou leasing de uma Máquina Eletrônica de Contabilidade destinada aos serviços gerais de contabilidade, processamento de Folhas de Pagamento, Cadastro Funcional e Financeiro de Pessoal e Controle Físico e Financeiro de estoque dos almoxarifados; b) que a Divisão Financeira, numa segunda etapa, providencie também o equipamento destinado ao faturamento e controle de arrecadação, considerando o aprimoramento do serviço e a economia de despesa que irá ocorrer." 6º) Processo nº. 8941/74, que trata de Ressarcimento à CAESB, pelo Governo do Distrito Federal, da despesa realizada com o abastecimento d água à CEILANDIA, no periodo de janeiro de 1972 e setembro de 1974. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista a abertura de crédito suplementar pelo Governo do Distrito Federal em favor da CAESB, atráves do Decreto nº. 2806, de 31-12-74 (nota de Empenho nº. 087/74 — SVO), OPINA no sentido de ser procedida baixa nos registros contáveis da CAESB do débito do Governo do Distrito Federal, no valor de Cr$ 3.990.541,74 (três milhões, novecentos e noventa mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros e setenta e quatro centavos), ouvidos o Egrégio Conselho de Administração e a Douta Assembléia Geral. "7º. (Processo nº. 00977/75, que trata da HOMOLOGAÇÃO de Convênio celebrado entre o B.N.B., A.B.E.S., e a CAESB. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, OPINANDO pela homologação do Convênio e seu Aditivo, constantes de fls. 02 e 18, celebrado entre o BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO — BNH, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA — ABES e a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA — CAESB, com o objetivo de estabelecer a participação de cada uma das três entidades na execução do Programa de Treinamento, Assistência Técnica e Pesquisas, visando a implementação do Subprograma de Apoio Técnico ao Sistema Financeiro do Saneamento - SANAT, pelo prazo de 4 anos. A participação da CAESB na 1ª. etapa do Programa, conforme aditivo, está estimada em Cr$ 74.000,00 (setenta e quatro mil cruzeiros) e com prazo de 10 meses". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, Maria de Lourdes Almeida Campos, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai por mim subscrita e assinada pelos senhores Diretores presentes.

Presidente:NID DUTRA D'AMORIM
Secretário: LEONARDO LEITE PRAÇA
Membros: ÉLIO MOULIN
JOSÉ MEDEIROS DE OLIVEIRA
PAULO AFONSO PENA
RUBENS ZEFERINO DO AMARAL

FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA

ERNESTO GHALRÉO CORREA

SYLVIO MENDES CAMPOS

MANOEL OVIDIO FILHO

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL:**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach: Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ. 303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

BANCA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - AV. W-3, Quadra 510 - Entre os blocos B e C.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

ATA DA 1375ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 6 dias do mês de fevereiro de 1975, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Geraldo Ferraz, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Dr. Jomar Maciel Pires e a Procuradora-Geral Dra. Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente em exercício, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1374ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário as seguintes matérias:

1 - Requerimento do Conselheiro Salvador Diniz solicitando a prorrogação, por 90 (noventa) dias, de sua licença para tratamento de saúde.- O Tribunal deferiu o pedido.

2 - Processo nº 11/75-STC — consulta da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil sobre prorrogação de prazo de vigência do contrato firmado com esta Corte, regulando o fornecimento de combustíveis líquidos e óleos lubrificantes.- O Tribunal autorizou a Presidência a prorrogar, por 12 (doze) meses, o referido pacto.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 47/73-STC, em que se contém proposta da firma ERICSSON DO BRASIL - Comércio e Indústria S/A para assistência técnica e manutenção de equipamento de telefonia.- O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu acolher a proposta e autorizar a celebração do respectivo contrato.

PROCESSO Nº 912/74 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças encaminhando os quadros relativos à reformulação do Programa de Trabalho do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal para o exercício de 1974.- O Tribunal determinou diligência interna, para que a Inspetoria-Geral complemente a instrução, com a juntada ao processo das peças essenciais de documentos relacionados com a matéria, bem como de outros elementos que considere úteis ao seu exame.

PROCESSO Nº 954/74 - Ofício do Senhor Diretor do Departamento de Turismo do Distrito Federal comunicando o cancelamento da nota de empenho nº 623/73-TUR;

PROCESSO Nº 1073/74 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Administração, pelo qual comunica o cancelamento da nota de empenho nº 244/74-SF-SEA;

PROCESSO Nº 1075/74 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Administração, mediante o qual comunica o cancelamento da nota de empenho nº 245/74-SF-SEA.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução das segundas vias das notas de empenho.

PROCESSO Nº 123/75-STC - Nota de empenho nº 2050/74-DPC e outras, emitidas por diversas regiões administrativas.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 662/70 - Prestação de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, relativa ao exercício de 1969.- O Tribunal determinou a reiteração da diligência, nos termos propostos pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 05/75 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Centro de Promoção Social da Paróquia do Santíssimo Sacramento, no valor de Cr$5.000,00;

PROCESSO Nº 06/75 - Prestação de contas de subvenção concedida à Federação das Bandeirantes do Brasil, no valor de Cr$2.000,00.

- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 14/75 - Prestação de contas de subvenção concedida à Ação Social Salesiana, no valor de Cr$8.000,00.- O Tribunal decidiu acolher a sugestão da Inspetoria-Geral.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
Geraldo Ferraz
Jesus da Paixão Reis
Élvia Lordello Castello Branco

ATA DA 1376ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 1975, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Geraldo Ferraz, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Dr. Jomar Maciel Pires e a Procuradora-Geral Dra. Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente em exercício, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1375ª Sessão Ordinária.

A seguir, por proposta do Senhor Presidente, o Plenário designou o Conselheiro Geraldo Ferraz e a Procuradora-Geral Dra. Élvia Lordello Castello Branco para representarem o Tribunal na cerimônia de posse do Conselheiro José Wamberto como membro da Academia Pernambucana de Letras, a realizar-se em Recife no dia 20 deste.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 30/75 - Aposentadoria da servidora Áurea Ponce de Leon Antunes;

PROCESSO Nº 34/75 - Aposentadoria do servidor Hilário Estevam Silva.

- O Tribunal julgou legal a concessão das aposentadorias.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 490/73 - Aposentadoria do servidor Ipiranga Curado.- Cumprida a diligência ordenada, o Tribunal determinou o retorno do processo à Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 523/73-STC, em que se contém ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças comunicando a adoção de providências sobre a cobrança de débito da empresa Diários Associados Ltda. para com o erário.- O Tribunal tomou conhecimento das providências adotadas e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral para os devidos fins.

PROCESSO Nº 299/74 contendo representação da Inspetoria-Geral a respeito da convalidação do sistema de fichamento de veículos, utilizado por entidades da administração indireta.- Tendo em vista o despacho exarado pelo Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal no processo nº 069.617/74 ("D.F." de 29/11/74), determinando providências visando a obter autorização legislativa, o Tribunal decidiu sobrestar, por 90 (noventa) dias, o julgamento do processo.

PROCESSO Nº 910/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Região Administrativa II - Gama, relativa ao exercício de 1973.- Decidiu o Tribunal: a) julgar o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal e ordenar lhe seja expedida a respectiva provisão de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade dos detentores de adiantamentos relacionados a fls. 10.

PROCESSO Nº 920/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Região Administrativa VI - Planaltina, relativa ao exercício de 1973.- Decidiu o Tribunal: a) julgar o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal e ordenar lhe seja expedida a respectiva provisão de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade do tomador de adiantamento nomeado a fls. 10.

PROCESSO Nº 1031/74 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Centro Espírita Adolpho Bezerra de Menezes, no valor de Cr$2.000,00;

PROCESSO Nº 1049/74 - Prestação de contas de subvenção concedida à Província Carmelitana de Santo Elias, no valor de Cr$2.000,00.

- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 1032/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, relativa ao exercício de 1973;

PROCESSO Nº 59/75, em que se contém relatório de auditagem realizada na Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB) pela Auditoria da Secretaria de Finanças.

- O Tribunal determinou diligência, de acordo com as informações da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 1057/74 - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Sinval Pereira da Cruz, no valor de Cr$ ..... 200.000,00.- O Tribunal decidiu acolher o seguinte voto do Relator:

"A aplicação do adiantamento deve fazer-se de acordo com a especificação constante da nota de empenho, obedecidas, in casu, as determinações aprovadas pelo ordenador da despesa.

Com esses princípios em mente, não vislumbro irregularidades no emprego do numerário, feito pelo responsável SINVAL PEREIRA DA CRUZ.

A sugestão de tomada de contas na FMF, feita pelos órgãos instrutivos, afigura-se-me impertinente, pois aquela entidade não está sob jurisdição de qualquer órgão da administração pública local.

Nessas condições, sou por que se aprovem as contas, ordenando-se a baixa na responsabilidade do servidor."

PROCESSO Nº 1064/74 - Comprovação de adiantamento concedido à servidora Maria da Conceição Caldeira Rodrigues Silva, no valor de Cr$1.500,00.- O Tribunal decidiu, por economia processual, julgar comprovada a aplicação dada ao adiantamento e ordenar a baixa na responsabilidade da servidora, devendo fazer-se, no entanto, a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 1084/74 - Ofício do Exmo. Senhor Presidente da Fundação Cultural solicitando seja tornada sem efeito a alteração orçamentária anteriormente comunicada à Corte;

PROCESSO Nº 150/75-STC - Contrato celebrado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 2072/74-STC - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Walfredo Isaac, no valor de Cr$4.000,00;

PROCESSO Nº 2075/74-STC - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Mário Paiva Neto, no valor de Cr$3.000,00.

- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos e ordenou a baixa na responsabilidade dos servidores.

PROCESSO Nº 84/75 - Balancetes do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, relativos ao mês de dezembro de 1974.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 560/74 - Ofício do Exmo. Senhor Presidente da Fundação Educacional comunicando medidas tomadas a respeito do extravio dó processo nº 1141/63.- Tendo em vista o caráter das providências adotadas, resolveu o Tribunal, reconsiderando decisão anterior, conceder 60 (sessenta) dias de prazo à entidade para que nos remeta os resultados do inquérito administrativo e, se localizado, o referido processo.

PROCESSO Nº 842/74 - Tomada de contas dos responsáveis pelo Escritório Regional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil em São Paulo, relativa ao exercício de 1971;

PROCESSO Nº 914/74 - Tomada de contas dos responsáveis pelo Escritório Regional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil em São Paulo, exercício de 1973.

- O Tribunal julgou regulares as contas dos administradores e ordenou lhes sejam expedidas as provisões de quitação.

PROCESSO Nº 938/74 - Tomada de contas do agente de material da Divisão de Administração de Próprios da Secretaria de Administração, relativa a 1973;

PROCESSO Nº 949/74 - Tomada de contas do agente de material e transporte da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, relativa a 1973;

PROCESSO Nº 982/74 - Tomada de contas do agente de material e transporte da Secretaria de Serviços Sociais, exercício de 1973;

PROCESSO Nº 1027/74 - Tomada de contas do agente de material da Administração Regional de Sobradinho, relativa a 1973.

- O Tribunal julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal e ordenou lhes sejam expedidas as respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 972/74 - Prestação de contas de auxílio concedido à Ação Social do Planalto, no valor de Cr$16.000,00.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal julgou as contas boas e bem prestadas.

PROCESSO Nº 85/75 - Balancetes da Fundação Cultural, referentes ao mês de dezembro de 1974.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
Geraldo Ferraz
Jesus da Paixão Reis
Élvia Lordello Castello Branco

ATA DA 1377ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 25 dias do mês de fevereiro de 1975, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Geraldo Ferraz, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Dr. Jomar Maciel Pires e a Procuradora-Geral Dra. Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente em exercício, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1376ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário o processo nº 236/75-STC — representação da Diretoria-Geral de Administração encaminhando o plano para o Curso de Treinamento.- O Plenário aprovou o plano e os novos valores sugeridos para remuneração dos professores.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 1074/74 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Administração comunicando o cancelamento da nota de empenho nº 256/74-SF-SEA, emitida a favor da firma IBM do Brasil - In-

dústria, Máquinas e Serviços Ltda., no valor de Cr$1.189,45;

PROCESSO Nº 53/75 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Administração, mediante o qual comunica o cancelamento da nota de empenho nº 238/74-SF-SEA, emitida a favor de Antônio Neuber Ribas, no valor de Cr$2.400,00.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução das segundas vias das notas de empenho.

PROCESSO Nº 25/75 - Aposentadoria do servidor Abílio José Martins Areias.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO Nº 28/75 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças, pelo qual comunica ter autorizado a prorrogação de prazo de aplicação de adiantamento concedido ao servidor Antônio Nelson Mori, no valor de Cr$500,00;

PROCESSO Nº 99/75-STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Instituto Nacional do Livro;

PROCESSO Nº 107/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e a Sra. Menas Martins Jardins;

PROCESSO Nº 108/75-STC - Termo de permissão de utilização de imóvel celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Maria Alves de Souza;

PROCESSO Nº 109/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e a Sra. Maria José Almeida de Souza;

PROCESSO Nº 110/75-STC - Termo de permissão de utilização de imóvel celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Francisca Pereira de Queiroz;

PROCESSO Nº 112/75-STC - Termo de permissão de utilização de imóvel firmado entre o Distrito Federal e o Sr. Paulo Roberto Alves de Souza;

PROCESSO Nº 113/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Celeste do Nascimento Salgueiro;

PROCESSO Nº 118/75-STC - Termo de permissão de utilização de imóvel firmado entre o Distrito Federal e o Sr. Olímpio Gonçalves Pereira;

PROCESSO Nº 119/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Amadeu da Mota Martins;

PROCESSO Nº 120/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e o Sr. José Honorato Filho;

PROCESSO Nº 121/75-STC - Termo de permissão de utilização de imóvel celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Francisco Maia Farias.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 80/75 - Decreto nº 2823, de 20/01/75, que abre crédito suplementar a favor de diversas unidades orçamentárias, no valor de Cr$19.000.000,00.- O Tribunal tomou conhecimento do crédito.

PROCESSO Nº 98/75-STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Instituto Nacional do Livro.- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 1096/70-STC - Rescisão de termo de autorização para ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Yone Mourão Dutervil Colás;

PROCESSO Nº 27/75 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças, mediante o qual comunica ter autorizado a prorrogação de prazo de aplicação de adiantamento concedido ao servidor Dahyr Gabriel, no valor de Cr$25.000,00;

PROCESSO Nº 39/75 - Ofício do Exmo. Senhor Secretário de Finanças, pelo qual comunica ter autorizado a prorrogação de prazo de aplicação de adiantamento concedido ao servidor Daniel Eduardo Garcia Amorelli, no valor de Cr$8.000,00;

PROCESSO Nº 114/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e a Sra. Cristina Felícia dos Santos;

PROCESSO Nº 115/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Izaura Dantas Rocha;

PROCESSO Nº 116/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e o Sr. Nagib Meme Salida;

PROCESSO Nº 117/75-STC - Termo de permissão de utilização de imóvel celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Francisco Pereira da Silva.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 532/73 - Termo aditivo ao convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Educação e Cultura.- O Tribunal, tomando conhecimento da publicação do Decreto nº 2740, de 17/10/74, determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 768/74 - Balancetes da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), relativos ao mês de agosto de 1974;

PROCESSO Nº 75/75 - Tomada de contas do agente de material da RA IV - Brazlândia, relativa ao exercício de 1973.

- O Tribunal determinou diligência, de acordo com as informações da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 868/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Educação e Cultura .- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 964/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Educação e Cultura .- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1021/74 - Tomada de contas dos responsáveis pelo Escritório Regional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil no Rio de Janeiro, exercício de 1972;

PROCESSO Nº 1022/74 - Tomada de contas dos responsáveis pelo Escritório Regional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil no Rio de Janeiro, exercício de 1973;

PROCESSO Nº 09/75 - Tomada de contas do agente de material e transporte da Secretaria de Saúde, relativa ao exercício de 1973;

PROCESSO Nº 74/75 - Tomada de contas do agente de material da RA I - Núcleo Bandeirante, relativa a 1973.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2076/74-STC - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Carlo Scofano, no valor de Cr$10.000,00.- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao adiantamento e ordenou a baixa na responsabilidade do servidor.

PROCESSO Nº 41/75 - Tomada de contas especial de Antônio Lisboa Duarte, ex-procurador da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP).- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral, da qual deverá ser enviada cópia à entidade.

PROCESSO Nº 89/75-STC - Nota de empenho nº 090/75 - SEC e outras, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADO PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 396/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

Encerrada a fase de julgamento de processos, a Procuradora-Geral Dra. Élvia Lordello Castello Branco e o Conselheiro Geraldo Ferraz informaram o Plenário da cerimônia de posse do Conselheiro José Wamberto como membro da Academia Pernambucana de Letras, festa brilhante sob todos os aspectos. O Conselheiro Geraldo Ferraz salientou, ainda, as gentilezas recebidas da parte do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e do Dr. Edmir Domingues, aos quais o Tribunal deverá manifestar seus agradecimentos.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
Geraldo Ferraz
Jesus da Paixão Reis
Élvia Lordello Castello Branco

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 1378ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 1975, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Geraldo Ferraz, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Dr. Jomar Maciel Pires e a Procuradora-Geral Dra. Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente em exercício, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1377ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente comunicou ao Plenário que, amanhã às 16 horas, tomará posse o professor Bento José Bugarin, no cargo de Auditor desta Corte, para o qual foi recentemente nomeado por ato do Governador, em virtude da classificação em 1º lugar no concurso público de provas e títulos realizado para provimento da vaga decorrente da aposentadoria do Dr. Luiz Zaidman.

Comunicou, ainda, que, imediatamente após a cerimônia de posse do novo Auditor, será prestada homenagem ao Dr. Luiz Zaidman, por inestimáveis serviços à Corte, com a denominação de SALA LUIZ ZAIDMAN ao gabinete contíguo à Sala das Sessões.

A seguir, o Senhor Presidente formulou ao Plenário consulta sobre o procedimento a ser adotado com relação ao pagamento de gratificação de representação a Conselheiro que exercer, em substituição, a Presidência.- O Tribunal decidiu que o referido pagamento é devido, dia a dia, à razão de 1/30 (um trinta avos) da gratificação, qualquer que seja o período de exercício.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 1030/71-STC - Renovação de termo de autorização para ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Manuel Jorge Marto;

PROCESSO Nº 03/73-STC - Termo de renovação de convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Delegacia Regional do Trabalho no Distrito Federal;

PROCESSO Nº 737/74-STC - Rescisão de termo de ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e o Sr. Florentino Dias dos Santos;

PROCESSO Nº 111/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Célia Baiocchi;

PROCESSO Nº 174/75-STC - Termos de transação firmados entre o Distrito Federal e diversas pessoas.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 53/74-STC - Alteração de termo de renovação de contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma CONFEDERAL S/A - Comércio e Indústria.- O Tribunal decidiu: a) acolher as conclusões do parecer da Procuradoria-Geral, que vai publicado em anexo à presente ata; b) tomar conhecimento do pacto e considerar correta a classificação da despesa dele decorrente, autorizando, entretanto, a recomendação sugerida a fls. 23-v.

PROCESSO Nº 1453/74-STC - Nota de empenho nº 449/74-TUR e outras, relativas a adiantamentos.- O Tribunal decidiu requisitar o processo GDF nº 264.483/74 (comprovação de adiantamento), relativo à nota de empenho nº 26/74-RA-II.

PROCESSO Nº 2047/74-STC - Nota de empenho nº 391/74-SEF e outras, relativas a adiantamentos;

PROCESSO Nº 34/75-STC - Nota de empenho nº 55/74-DD e outras, emitidas pela Secretaria de Finanças;

PROCESSO Nº 189/75-STC - Nota de empenho nº 231/74-SF-SEA e outras, relativas a adiantamentos.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 20/75-STC - Nota de empenho nº 276/74-SF-SEA e outras, relativas a adiantamentos;

PROCESSO Nº 52/75-STC - Nota de empenho nº 303/74-DEFER e outras, emitidas pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER);

PROCESSO Nº 231/75-STC - Representação da Inspetoria-Geral sugerindo a reiteração dos termos dos ofícios GP de nºs. 762/74 e 996/74.

- O Tribunal decidiu acolher as sugestões da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 26/75 - Aposentadoria da servidora Maria Divina Ribeiro Rezende;

PROCESSO Nº 31/75 - Aposentadoria do servidor Rosalino Batista da Rocha;

PROCESSO Nº 45/75 - Aposentadoria da servidora Renê Pinheiro de Felippe;

PROCESSO Nº 50/75 - Aposentadoria do servidor Antônio Leite Cavalcante Filho;

PROCESSO Nº 76/75 - Aposentadoria da servidora Maria Florice de Souza;

PROCESSO Nº 78/75 - Aposentadoria do servidor Luiz Maranhão Monteiro.

- O Tribunal julgou legal a concessão das aposentadorias.

PROCESSO Nº 51/75 - Aposentadoria do servidor Lindemir Accioly.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria, fazendo-se, porém, a recomendação sugerida no parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 96/75-STC - Contrato celebrado entre o

Distrito Federal e o Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB).- Decidiu o Tribunal tomar conhecimento do pacto e considerar correta a classificação da despesa dele decorrente, autorizando, ainda, a inspeção sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 105/75-STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Fundação Zoobotânica.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 2314/66 - Prestação de contas da Fundação Hospitalar, relativa ao exercício de 1965;

PROCESSO Nº 1034/74 - Tomada de contas do agente de material da RA VI - Planaltina, relativa a 1973;

PROCESSO Nº 1062/74 - Tomada de contas do agente de material da RA III - Taguatinga, exercício de 1973.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 17/68-STC - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Geraldo Florentino Meireles, no valor de Cr$ 600,00.- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao adiantamento e ordenou a baixa na responsabilidade do servidor.

PROCESSO Nº 1015/69 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, no valor de Cr$50.000,00.- Cumprida satisfatoriamente a diligência interna ordenada, o Tribunal decidiu aprovar as contas, recomendando-se à Administração, em caso de nova concessão de ajuda à entidade, a observância das decisões anteriores da Corte, a respeito do assunto;

PROCESSO Nº 1008/73 - Prestação de contas da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., relativa ao exercício de 1972;

PROCESSO Nº 1166/74-STC, em que se contém relatório da Inspetoria-Geral sobre os procedimentos de licitações e pagamentos vinculados à construção do Departamento de Pesquisas e Experimentação da Fundação Zoobotânica.

- O Tribunal determinou diligência, de acordo com as informações da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 327/74 - Pensão especial concedida à viúva do ex-servidor Paulo Accioly de Souza.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal julgou legal o ato concessivo.

PROCESSO Nº 164/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis pelo Departamento de Turismo, relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal decidiu reiterar os termos do ofício GP nº 843/74.

PROCESSO Nº 696/74 - Prestação de contas da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), relativa a 1973.- O Tribunal decidiu converter o julgamento em diligência, para que se junte aos autos demonstrativo da distribuição de lucros a dirigentes ou empregados da empresa.

PROCESSO Nº 737/74 - Balancete da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, relativo ao mês de maio de 1974.- Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

PROCESSO Nº 883/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Agricultura e Produção, relativa ao exercício de 1973.- Decidiu o Tribunal: a) julgar o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal e ordenar lhe seja expedida a respectiva provisão de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade dos detentores de adiantamentos relacionados a fls. 10.

PROCESSO Nº 915/74 - Tomada de contas do agente de material do Gabinete do Governador, relativa a 1973.- O Tribunal julgou o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal e ordenou lhe seja expedida a respectiva provisão de quitação.

PROCESSO Nº 952/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis pela Secretaria de Segurança Pública, exercício de 1973.- O Tribunal julgou regulares as contas dos responsáveis e ordenou lhes sejam expedidas as provisões de quitação.

PROCESSO Nº 08/75 - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor João Gonçalves Nóbrega, no valor de Cr$3.000,00;

PROCESSO Nº 98/75 - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Antônio Orlando Filho, no valor de Cr$1.000,00.

- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada aos adiantamentos e ordenou a baixa na responsabilidade dos servidores, devendo, entretanto, fazer-se a competente anotação das falhas verificadas.

PROCESSO Nº 81/75 - Balancete da Central de Abastecimento de Brasília S/A (CENABRA), relativo ao mês de novembro de 1974.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

PROCESSO Nº 97/75 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Colégio Imaculada Conceição, no valor de Cr$ ..... 1.000,00.- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 106/75-STC - Termo de autorização para ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e o Sr. Pedro Nogueira de Medeiros.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 227/75- STC - Representação da Inspetoria-Geral sugerindo a reiteração de ofícios que tratam da devolução de processos à Corte.- Decidiu o Tribunal: a) reiterar os termos dos ofícios GP de nºs. 693, 809 e 920/74; b) comunicar ao Senhor Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e ao Senhor Diretor do Departamento de Turismo a inobservância dos prazos estabelecidos nos ofícios GP de nºs. 953 e 955/74, para fins de aplicação aos responsáveis da multa prevista no art. 54 do Ato nº 7/74, desta Corte.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 662/70 - Prestação de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), relativa ao exercício de 1969.- O Tribunal decidiu atender a solicitação contida no O.E. nº 17/75-DF (fls. 267).

PROCESSO Nº 258/74 - Termo de rescisão de convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Centro de Promoção Social da Paróquia da Sagrada Família (CEPROCIAL).- Decidiu o Tribunal, tomando conhecimento da rescisão, solicitar à Fundação os esclarecimentos indicados na informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 923/74 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria de Viação e Obras, relativa a 1973.- O Tribunal julgou o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal e ordenou lhe seja expedida a respectiva provisão de quitação.

PROCESSO Nº 54/75 - Prestação de contas da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), relativa a 1973.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 77/75 - Termo aditivo a convênio celebrado entre a Fundação Serviço Social e o Instituto Dom Orione;

PROCESSO Nº 63/75 - Termo aditivo a convênio firmado entre a Fundação do Serviço Social e as Aldeias Infantis S.O.S.

- Havendo o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis pedido vista dos processos, foi adiada a votação da matéria.

PROCESSO Nº 129/75-STC - Representação da Inspetoria-Geral a respeito da requisição à Secretaria da Agricultura e Produção do processo nº 838/74.- Tendo em vista os esclarecimentos do titular daquele órgão (Of. nº 057/75-SAP), o Tribunal decidiu solicitar diretamente da Procuradoria-Geral do Distrito Federal a devolução do referido processo.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

José Wamberto
Cyro Versiani dos Anjos
Geraldo Ferraz
Jesus da Paixão Reis
Bento José Bugarin
Élvia Lordello Castello Branco

ATA DA 1378ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

A N E X O

Parecer da Procuradoria-Geral emitido no processo nº 53/74-STC, cujo julgamento consta da presente ata.

E M E N T A

Contrato firmado entre o DF e a Confederal S.A.

1) O Decreto-lei nº 1034/69 e o 1103/70 — que instituíram o sistema de segurança para estabelecimentos de crédito, ao autorizar, entre outras medidas, a contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de guarda e vigilância ostensiva — dão, por analogia, respaldo legal ao termo em estudo.

2) As diversas razões que, em tese, contra-indicam o exercício, por entidades particulares, de atividade tão tipicamente estatal cedem passo aos motivos de fato que determinaram a edição dos mencionados diplomas legais: o dever da Administração de propiciar segurança, pelos meios possíveis.

3) Legalidade do contrato, pelo menos do ângulo em exame.

P A R E C E R

Na sessão do último dia 4, tendo presente o termo de renovação de contrato de prestação de serviços, celebrado entre o Distrito Federal e a firma Confederal S.A. — Comércio e Indústria, houve por bem o Eg. Plenário, a requerimento do ilustre Auditor, Dr. Jesus da Paixão Reis, ouvir esta Procuradoria sobre a "legalidade da delegação, por órgãos da administração direta, de serviços de polícia ostensiva a empresas privadas". É que entre os serviços a cuja prestação neste pacto se obriga a Confederal S.A. se inclui a "vigilancia ostensiva em locais em que se manipulam valores em espécie", vale dizer, as bilheterias em funcionamento, nos dias de jogos e espetáculos, nas unidades do Centro Esportivo do Distrito Federal.

2. Em princípio, participo integralmente da preocupação revelada pelo Tribunal ao solicitar ao Ministério Público o estudo da matéria. De fato, a vigilância armada de locais públicos é atividade que, por natureza, se insere, inquestionavelmente, na esfera do poder de polícia, uma das mais típicas atividades de Administração Pública. É atividade que se classifica como de polícia administrativa e, mais caracteristicamente, como de polícia preventiva ou ostensiva, função que a tradição e o bom-senso jurídico reservaram sempre ao Estado. A ação policial carregada que é de largo conteúdo discricionário e cujo exercício eficaz requer alto índice de executoriedade possui, por isso mesmo, como pressupostos inafastáveis o embasamento na lei e a adequada qualificação profissional dos agentes dela incumbidos. De rigor, portanto, que o agente policial seja autoridade legalmente investida e comprovadamente habilitada para a função, que, freqüentemente, na intenção de resguardar o interesse coletivo, penetra o campo constitucionalmente protegido das liberdades individuais.

3. Em tese, é, portanto, atividade característica do Poder Público e de seus agentes que, em nome da tranqüilidade e segurança da sociedade, ficam excepcionalmente autorizados a opor restrições aos direitos do cidadão, fazendo com que o individual ceda ao coletivo. Tais considerações se situam, todavia, no terreno da conveniência eoportunidade administrativa, de nada valendo em face do direito positivo.

4. A verdade é que, para atender situação de emergência representada pela onda de assaltos a estabelecimentos de crédito e outros locais de recebimento e guarda temporária de dinheiro, se viu o Estado na contingência de autorizar a admissão direta, ou a contratação por meio de empresas especializadas, de guardas de vigilância particulares, como parte de sistema de segurança, organizado sob a supervisão das Secretarias de Segurança dos Estados-membros e do Distrito Federal.

5. Os decretos-leis nº 1034, de 21 de outubro de 1969, e 1103, de 6 de abril de 1970, trataram da matéria, prevendo certas precauções no recrutamento dos vigilantes e no funcionamento desses serviços, que, de algum modo, reduzem os inconvenientes de atribuir-se essa modalidade de polícia administrativa a empresas privadas. Entre tais precauções, assinale-se a prévia aprovação pela Polícia Federal dos indivíduos admitidos nessas funções e a posterior comunicação de seus nomes ao Serviço Nacional de Informação (Dec-lei nº 1034, art. 2º, I); a necessidade de aquiescência do Ministro da Justiça, ou do Secretário de Segurança ou do Chefe de Polícia, para a organização pelos estabelecimentos de crédito, de serviço específico próprio (Dec-lei nº 1034, art. 4º); e a previsão de que os integrantes da vigilância ostensiva recebam da polícia estadual a necessária instrução (Dec-lei nº 1034, art. 4º, § 1º).

6. Na edição desses decretos-leis se acha, a meu ver, confessada, de modo implícito, a impossibilidade material de o Estado atender, com eficiência e por seus próprios meios, à crescente necessidade de vigilância policial, em face do incremento da violência nas cidades, por toda a parte observável.

7. Acima, porém, do dever da Administração de propiciar segurança por intermédio do aparelho policial está o seu dever de pura e simplesmente propiciar segurança. Pelos meios possíveis. Foi o que se colimou com a instituição daquele sistema excepcional de vigilância.

8. Dentro deste quadro, entendo de secundária importância a natureza do órgão contratante. Na prestação do serviço por empresa privada é que poderia residir a questão de direito.

9. Concedendo embora parecer mais seguro e conveniente confiar-se, com exclusividade, à polícia regular, civil e militar, o exercício de atividades de vigilância armada, não encontro base jurídica para impugnar como ilegal a contratação dos serviços em apreço com firma especializada, que se organizou na forma do art. 4º do Decreto-lei nº 1034/69.

Brasília, 25 de fevereiro de 1975

LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ
Procurador

CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A NGS — MÁQUINAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS —LTDA, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ARQUIVO DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos 18 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, técnico em Tributação, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador; no Processo nº. 30/402/74, e, do outro, a NGS-MÁQUINAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS —LTDA, estabelecida em Brasília, no Edifício Goiás, Loja 126, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato apresentada pelo senhor ADELINO SASAKI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA — Tem o presente por objeto, a manutenção do equipamento de arquivo, modelo NG 2.000, instalado na Coordenação de Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA — OBRIGA-SE A CONTRATADA a efetuar: I) a manutenção adequada para manter o equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento: II) a substituição gratuita de peças desgastadas pelo uso normal, excluindo-se as partes mencionadas na Cláusula Terceira; III) a manutenção preventiva a (quatro) vezes por ano, independente de chamado do cliente, incluindo inspeção, limpeza, lubrificação e ajustes necessários dos componentes mecânicos e/ou elétricos; IV) o atendimento imediato, através de técnicos especializados; V) a desmontagem e montagem do equipamento em outro local. CLÁUSULA TERCEIRA — O presente contrato não abrange substituições de motores, transformadores de alimentação, células foto-elétricas e luminárias, que serão cobrados mediante prévio orçamento. CLÁUSULA QUARTA — As despesas e/ou responsabilidade de transporte, correrão por conta do DISTRITO FEDERAL, bem como as despesas de embalagem, quando necessárias. PARÁGRAFO ÚNICO — As despesas de consertos, amassamento e pintura serão cobradas mediante prévio orçamento. CLÁUSULA QUINTA — A CONTRATADA não assume qualquer responsabilidade por reparos ou ajustes, efetuados por terceiros, estranhos ao seu quadro de pessoal, ou substituições de peças motivadas por acidentes, abusos, negligência, caso fortuito, como incêndio, queda e inundação. CLÁUSULA SEXTA — Importa o presente contrato em Cr$ 4.320,00 - (QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE CRUZEIROS), importância esta que será entregue à CONTRATADA em 2 (DUAS) parcelas, a saber: Cr$2.160,00 (DOIS MIL CENTO E SESSENTA CRUZEIROS), após a publicação deste instrumento, e, Cr$ 2.160,00 (DOIS MIL CENTO E SESSENTA CRUZEIROS) no mês do término do contrato. PARÁGRAFO ÚNICO — Os recursos para fazer face à execução deste contrato, são procedentes do ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL para o corrente exercício - Lei nº. 6190, de 17 de dezembro de 1974, correndo à conta do Elemento 3.1.3.0. - SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº. 024/75, emitida pela Secretaria de Administração do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA SÉTIMA -Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA OITAVA — Opera-se-á automaticamente a rescisão deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses de: falência ou dissolução da CONTRATADA: transferência, no todo ou em parte, das obrigações contraídas inadimplemento de qualquer das cláusulas. CLÁUSULA NONA — O presente contrato poderá ser prorrogado, renovado, aditado ou alterado, por mútuo consenso. CLÁUSULA DÉCIMA — Este instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da CONTRATADA, expirando em 31 de dezembro de 1975. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estabelecido em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral, do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; Pela CONTRATADA: (as.) ADELINO SASAKI; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO:

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº. 20, fls. 206/07 da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal.

Brasília, 27 de fevereiro de 1975

MARCOS ANTONIO BARBOSA

Seção de Registro de Contrato e Convênios

DAA/1ª. SPRG Chefe

(GR. nº. 176523, de 27.02.75

Valor: — Cr$ 192,00).

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

S.V.O. - NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/75 CPL PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NAS SUPERQUADRAS DE FAIXA 400 SUL, EM BRASILIA- DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas empreiteiras regularmente registradas na Secretaria Executiva desta Comissão, para a tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 16:00 horas do dia 25 de março de 1975, na sala de Licitações, no 13º andar, do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital e demais elementos encontam-se a disposição dos interessados na Secretaria Executiva da CPL, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 10 de março de 1975

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

S.V.O. - NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACÕES

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/75 CPL PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, MEDIANTE APLICAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DE 0,10m DE ESPESSURA, DE PASSEIOS E MEIOS - FIOS NAS SUPERQUADRAS DA FAIXA 400 SUL, EM BRASILIA DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas empreiteiras regularmente registradas na Secretaria Executiva desta Comissão, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 14:30 horas do dia 25 de março de 1975, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital e demais elementos encontram-se a disposição dos interessados na Secretaria Executiva da CPL, no 8º andar do difício Sede da NOVACAP.

Brasília, 10 de março de 1975.

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

S.V.O. - NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/75 CPL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO MANUAL E FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA SERVIÇOS DE ÁGUAS PLUVIAIS, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, MEDIANTE APLICAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, EM ÁREAS DE BRASILIA-DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas empreiteiras regularmente registradas na Secretaria Executiva desta Comissão, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 15:00 horas do dia 24 de março de 1975, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital e demais elementos encontam-se a disposição dos interessados na Secretaria Executiva da CPL, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 10 de março de 1975

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

S.V.O.- NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/75 CPL PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, MEDIANTE APLICAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS, DE REDES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS SUPERQUADRAS SUL 402, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415 e 416, EM BRASILIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas empreiteiras regularmente registradas na Secretaria Executiva, desta Comissão, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 15:00 horas do dia 25 de março de 1975, na sala de licitações, no 13º andar, do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital e demais elementos encontram-se a disposição dos interessados na Secretaria Executiva da CPL, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 10 de março de 1975.

ENGº. VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

Presidente da CPL

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

AVISO Nº - 016/75- CEST

O Diretor do CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO da Secretaria de Administração do Distrito Federal torna pública a relação nominal dos servidores do Complexo Administrativo do D.F., que deverão comparecer ao Serviço de Seleção Psicológica - CEST, Setor de garagens Oficiais, Área Especial nº 01, sala 44, às 8:30 horas do dia 20.03.75, para serem submetidos a psicotécnico, nos termos do Decreto nº 2.041/72, e Portaria nº 74/72-SEA.

Nº DE ORDEM	MATRICULA	NOME
01	01.379	Ivo Bento de Lima
02	14.395	José Pinheiro Maia
03	18.071	José Trindade da Silva
04	18.102	José Faustino de Oliveira
05	13.625	José Raimundo de Souza
06	18.077	Nelson Barbosa Caldeira
07	02.581	Isac Miguel de Oliveira
08	10.462	José Pedro da Silva Filho
09	10.729	José Elias da Silva Serra
10	00.105	Erasmo Carlos Dutra
11	15.858	Jurandi de Macedo
12	09.421	Gumercindo do Carmo Rocha
13	09.418	José Joza de Melo
14	02.483	Elias Ramos de Siqueira
15	16.159	José Angelo de Lima
16	70.180	Claudionor Dourado
17	72.417	Antônio Teodulo Leite
18	72.494	Rosemar Lopes Ultra
19	72.626	Norberto Eustáquio Bastos
20	73.128	Vicente Silva Couto

Brasília, 11 de março de 1975

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
- Diretor -

SECRETARIA S DE ADMINISTRAÇÃO
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
AVISO Nº - 015/75 —CEST

O Diretor do CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO da Secretaria de Administração do Distrito Federal torna pública a relação nominal dos servidores do Complexo Administrativo do D.F., que deverão comparecer ao Serviço de Seleção Psicológica - CEST, Setor de garagens Oficiais, Área Especial nº 01, sala 44, às 8:30 horas, do dia 13.03.75, para serem submetidos a psicotécnico, nos termos do Decreto nº 2.041/72, e Portaria nº 74/72—SEA.

Nº DE ORDEM	MATRICULA	NOME
01	09.385	Aurino de Oliveira Cardoso
02	15.979	Oliveira Carlos de Almeida
03	11.124	Joaquim Antunes Figueredo
04	00.021	José Felipe da Silva
05	00.986	José Ciriaco de Moura
06	90.177	Antônio de Pádua Ferreira
07	11.940	Benicio Amaro da Silva
08	02.531	Francisco Lourenço de Carvalho
09	13.383	Francisco de Assis
10	01.394	João Gomes Xavier
11	06.240	Edgard José Carlos
12	10.825	Etevaldo Belarmino de Souza
13	12.647	Francisco Joaquim da Silva
14	15.756	Francisco Alves Rodrigues
15	07.390	Fausto Chantim Morel
16	70.044	Amadeu Lima da Silva
17	71.022	Raimundo Expedito de Alencar
18	71.911	Admilson Belizio Pereira
19	71.978	João José Batista
20	72.471	Sebastião Francisco Miranda

Brasília, 11 de março de 1975

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
- Diretor -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

Chamamos a atenção dos interessados para o dia e horário das Reuniões da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, com a finalidade de receber *propostas para fornecimento dos materiais abaixo especificados:*

EDITAL Nº: 09/75—SEA
GRUPO: GMC 26
OBJETO: Compensados, tábuas e pontaletes
DATA ABERTURA: 20.03.75
HORÁRIO: 09 horas

EDITAL Nº: 10/75-SEA
GRUPO: GEI 17
OBJETO: Tanques irrigadores e caçambas coletoras- compactadoras de lixo.
DATA ABERTURA: 20.03.75
HORÁRIO: 15 horas

Os Editais e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Comissão de Licitação - Secretaria Executiva, situada no Edifício Seguradoras - IRB- SBS- Sobreloja, no horário de 14:30 às 17:30 horas.

Brasília, 5 de março de 1975.
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 01/75 AL-SEA CONCORRENCIA PARA ALIENAÇÃO DE MATERIAL CONSIDERADO INSERVIVEL PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (latas prensadas, vidros, alumínio)
Informamos aos interessados, que às 9:00 (nove) horas do dia 15 de abril do ano em curso, estará reunida a Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a fim de receber propostas para alienação do material objeto do Edital em epígrafe.
O Edital e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria Executiva da Comissão de Licitação, situada na Sobreloja do Edifício Seguradoras (IRB)- SBS, no horário de 14:30 às 17:30 horas.

Brasília, 06 de fevereiro de 1975
JORGE CAETANO
Presidente da Comissão de Licitação

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

AVISO AOS ACIONISTAS

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, em cumprimento aos dispositivos legais pertinentes, comunica que se acham à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, nesta Capital, os documentos a que se refere o Artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627, de 26/09/1940, relativos ao exercício de 1974, quais sejam:
a) Relatório da Diretoria;
b) Balanço Geral e Demonstrativo da Conta de Lucros e Perdas;
c) Parecer do Conselho Fiscal.
Brasília, 10 de março de 1975

A DIRETORIA

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 1,00